CENTROS OLEIROS DA LUSITANIA: BALANÇO DOS CONHECIMENTOS E PERSPECTIVAS DE INVESTIGAÇÃO

Carlos FABIÃO
Universidade de Lisboa

Nota prévia.
É conveniente esclarecer previamente o universo considerado no âmbito desta apresentação. Diz respeito aos centros oleiros que fabricaram ânforas, em época romana, na província da *Lusitania*, sem esquecer uma referência às outras produções cerâmicas destes mesmos centros, que, sublinhe-se, não têm merecido particular atenção dos investigadores, sempre mais ocupados com a análise dos contentores de transporte, pelo seu potencial informativo sobre a economia e as relações inter-provinciais.

Naturalmente, estas unidades não esgotam a complexidade multímoda da olaria romana da antiga província. Os fornos, destinados ao fabrico de cerâmicas de construção ou das chamadas cerâmicas comuns, designadamente as fabricadas em locais que não produziram ânforas, não foram aqui considerados, porque, em muitos casos, deles conhecemos somente as estruturas e pouco mais, quando não é somente a cerâmica propriamente dita que se conhece, sem fazermos a mínima ideia de onde se poderiam ter localizado os fornos que as cozeram. Fora dos propósitos do presente texto ficaram também outras realidades do registo arqueológico, como os materiais de construção com marcas, conhecidos em âmbitos rurais ou urbanos, ou essas outras olarias de onde têm saído cerâmicas finas e lucernas (estou a pensar concretamente em muitas das produções de âmbito urbano, como por exemplo as de *Augusta Emerita*). As problemáticas suscitadas por estas realidades excluídas são, em boa parte, distintas, não cabendo a sua abordagem nestas breves páginas. Em boa verdade, refira-se que, por ausência de investigações dirigidas especificamente para estes temas, pouco haveria a dizer sobre estes mundos de variáveis dimensões e alcances de fabrico e difusão.

Será, pois, de centros oleiros produtores de ânforas e outras cerâmicas que se trata nestas páginas, com particular atenção à produção anfórica.

1.- Introdução geográfica.
A opção previamente enunciada, reduz substancialmente as áreas em apreço da antiga *provincia* romana. Interessará sobretudo considerar o litoral, uma vez que é, fundamentalmente, aí que encontramos os centros que produziram contentores destinados ao transporte de alimentos, entendendo-se aqui por áreas litorais a costa propriamente dita, os fundos de estuário, rios navegáveis e áreas lagunares que, penetrando, por vezes, profundamente no interior, mantêm acessos fáceis e directos ao mar. Aqui reside justamente uma das primeiras dificuldades da moderna investigação. Os fenómenos geomorfológicos recentes alteraram profundamente as paisagens, dificultando sobremaneira as tarefas de investigação, já de si dificultadas pelos usos modernos que estas áreas foram conhecendo e que têm contribuído para destruir os vestígios conservados. Comecemos, pois, por uma breve apresentação do espaço.

A região aqui considerada da antiga *provincia* romana da Lusitânia abrange uma parte do território hoje português, desde a foz do Guadiana até à foz do Douro (fig. 1). Uma extensa franja litoral com características diversificadas, que não será aqui extensamente tratada, uma vez que nela se desenham inúmeras singularidades merecedoras de uma atenção particular, que nem sempre lhes tem sido dispensada, diga-se. Interessará reter os principais problemas suscitados por tal espaço, na hora de estudar e interpretar a utilização que dele se fez no passado.

Podemos começar por distinguir duas extensas áreas, suficientemente distintas, nas costas lusitanas: o Algarve, da foz do Guadiana à ponta de Sagres, com uma orientação genérica de Este-Oeste, de forte singularidade histórica (fig. 1 D); e a costa a norte do Cabo de S. Vicente, francamente voltada a ocidente, de maior extensão e complexidade geomorfológica (fig. 1 A, B e C).

Como bem sublinhou o geógrafo Orlando Ribeiro, o Algarve caracterizou-se historicamente por um marcado povoamento litoral, associado a densa rede portuária (fig. 1 D). As suas solidariedades, culturais e económicas, sempre funcionaram no âmbito daquilo a que chamou um *"pré-mediterrâneo"*; ou seja, no quadro da ampla área geográfica que envolve a região em apreço, as costas andaluzas e as norte-africanas, a oeste do estreito de Gibraltar (Ribeiro 1977). A moderna investigação tem identificado em toda esta franja litoral uma densa malha de instalações dedicadas à produção de preparados de peixe (Fabião 1994b). Esta conjugação de dados (portos históricos e sítios arqueológicos, de época romana, com cetárias) poderia sugerir a existência de uma notória continuidade na malha do povoamento e nas estratégias de exploração de recursos, atravessando os séculos. Contudo, se em termos genéricos poderemos reconhecer, como traços estruturais, a natureza marcadamente litoral do povoamento algarvio, bem como a sua forte tradição de aproveitamento de recursos marinhos, não devemos perder de vista tudo o que mudou ao longo do tempo. De facto, são perfeitamente observáveis e (em alguns casos) bem conhecidas as profundas transformações paisagísticas da região. Recorde-se, somente a título de exemplo, que a antiga *Balsa*, importante cidade marítima da Lusitânia romana, acabaria abandonada, provavelmente por questões relacionadas com o assoreamento do seu porto (Mantas 1990); para não falar dos portos medievais de Arenilha, na foz do Guadiana, ou de Farrobilhas, na zona de Almancil, ambos com alguma relevância em época pós-romana e hoje totalmente desaparecidos (Ribeiro 1977 e 1978). Para lá dos fenómenos de assoreamento, há ainda o da recessão das arribas, com marcada influência nos vestígios

Actas del Congreso Internacional *FIGLINAE BAETICAE. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. – VII d.C.), .),* Universidad de Cádiz, Noviembre 2003*, B.A.R., int. ser*., 1266, Oxford, 2004, pp. 379-410.

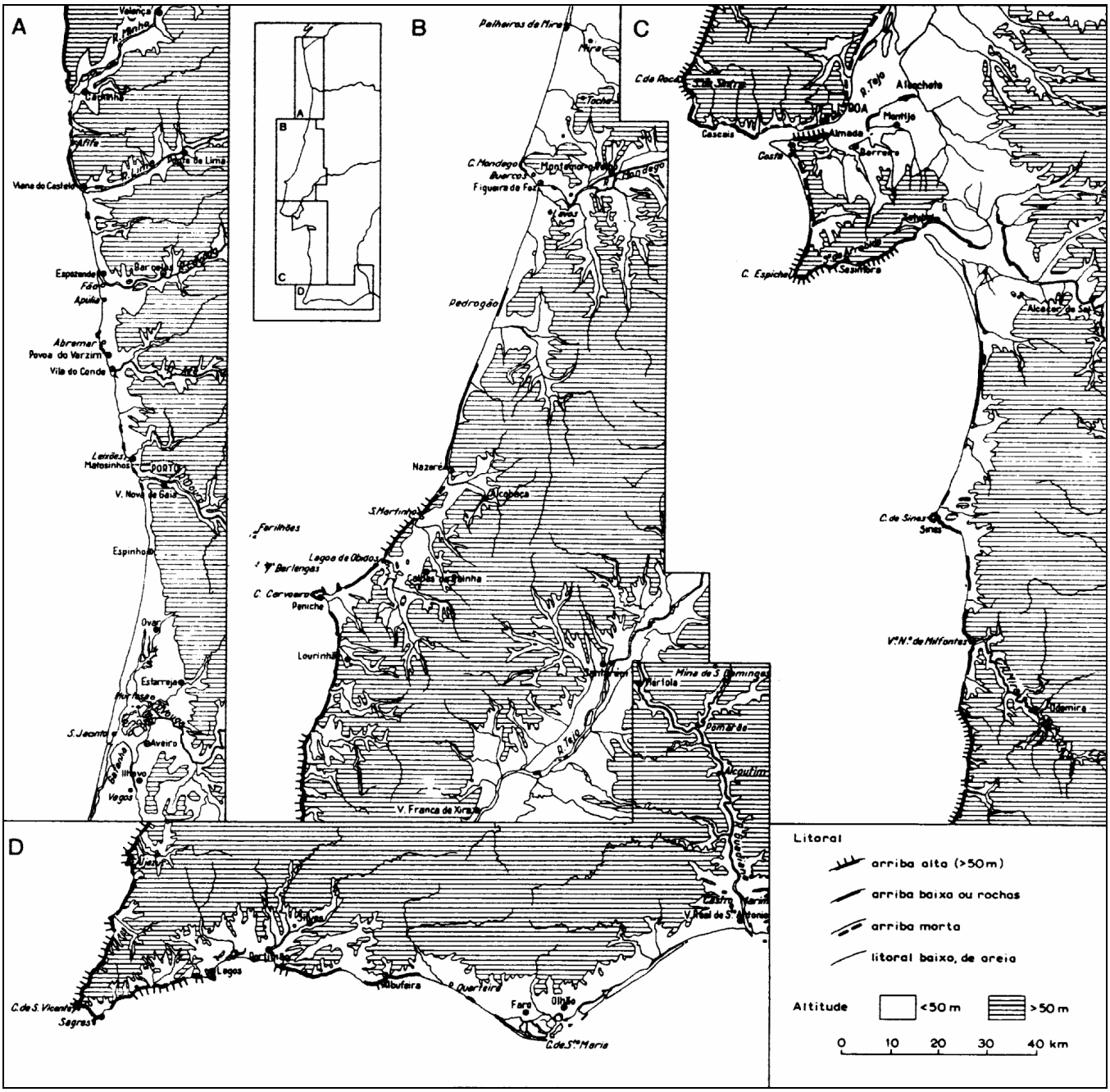

Figura 1.- O litoral português, segundo Orlando Ribeiro (Ribeiro, Lautensach e Daveau 1987).

arqueológicos de época romana: veja-se o caso estudado em frente à praia de Quarteira (Simplicio, Teixeira e Barros 2000) ou o desolador panorama que apresenta o grande centro oleiro de Martinhal, Vila do Bispo (fig. 2).

Temos, pois, consciência de que tudo aquilo que conhecemos constitui somente uma parcela da complexa rede de povoamento e exploração de recursos de época romana. Ainda assim, no âmbito deste espaço, deveríamos considerar múltiplas realidades de perfis e características bem distintas. O centro oleiro do lugar dos Olhos de S. Bartolomeu de Castro Marim (v. *infra*), instalado nas proximidades de um esteiro do Guadiana, constitui um bom exemplo de centro oleiro na bacia hidrográfica de um grande rio, afinal uma característica bem conhecida nos baixos Sado e Tejo, como haverá oportunidade de comentar (v. *infra*). Por seu turno, o grande complexo do Martinhal (v. *infra*), sobre a linha da costa, corresponde a um modelo de instalação substancialmente diverso (fig. 2), mesmo atendendo às transformações recentes. Enquanto que o primeiro poderia fabricar ânforas, destinadas a abastecer centros de produção de bens alimentares em laboração na foz do Guadiana, provavelmente todos eles desaparecidos, sepultados por aluviões recentes ou engolidos pelo próprio rio, tal como o porto medieval de Arenilha; o segundo produziria seguramente para fornecer locais instalados na faixa litoral, isto é, teria um potencial de difusão mais amplo, usando a via marítima para distribuir as suas produções.

Figura 2.- Pormenor do centro oleiro da Praia do Martinhal (Vila do Bispo), onde recuo da arriba revela a grande extensão da area arqueológica, com inúmeros fornos e entulheiras (foto de Pedro Barros).

Já na costa ocidental a norte do cabo de S. Vicente (fig. 1 A, B e C), o panorama assume características substancialmente distintas. Desde logo, por se tratar de uma costa normalmente alcantilada, com escassas áreas de fundeadouro e de penetração para o interior. De sul para norte, regista-se, em primeiro lugar, a foz do rio Mira (fig. 1 C), local com evidente potencial para a exploração de recursos marinhos, mas onde nada de substantivo se conhece. Seguidamente, temos informações sobre a produção de preparados de peixe na Ilha do Pessegueiro, junto de Porto Covo (Silva e Soares 1993) e, mais a norte, em Sines (fig. 1 C). Em qualquer destes casos, o nosso conhecimento circunscreve-se à exploração dos recursos marinhos, não havendo evidências concretas de produção de ânforas. De facto, as notícias existentes sobre um forno escavado em Sines no início da década de 60 do século XX (Almeida, Zbyszewski e Ferreira 1971, 159; Diogo e Costa 1996) não são conclusivas quanto à sua finalidade, ainda que se não possa excluir liminarmente a possibilidade de se ter destinado a cozer cerâmica, visto apresentar características análogas às conhecidas nos centros oleiros já investigados. Desde esta área e até à foz do rio Sado, somente as lagoas de S. André e Melides apresentam potencial para uma efectiva exploração de recursos marinhos (fig. 1 C). No entanto, a região tem sido regularmente prospectada, sem que se registem indícios destas actividades em época romana, pelo que se poderá considerar minimamente significativa a evidência negativa, contrariamente ao verificado em outras regiões, onde os vazios cartográficos significam sobretudo carência de prospecções devidamente orientadas.

O baixo Sado (fig. 1 C) constitui a região onde de há mais longa data se têm identificado e estudado os vestígios de exploração de recursos marinhos e produção de contentores cerâmicos para o seu transporte, como haverá oportunidade de comentar no capítulo consagrado à historiografia da investigação. Sublinharia somente um detalhe interessante, revelado pela escavação do complexo oleiro de Abul (v. *infra*). Neste local, na área conhecida como Abul A, uma primeira bateria de fornos foi construída nos meados do séc. I d.C e abandonada nos meados do séc. III d.C. (fig. 3), devido a alterações registadas no nível médio das águas do rio, que inviabilizaram a continuidade da sua laboração (Mayet e Silva 2002). Esta interessante situação mostra bem como os factores geomorfológicos devem ser considerados, quando estudamos a antiga produção oleira; e que os mesmos não se circunscrevem às alterações inscritas na longa duração dos tempos geológicos. O facto de se verificar, no complexo oleiro da Barrosinha (v. *infra*), também em Alcácer do Sal, que um dos fornos conhecidos se encontra hoje parcialmente submerso pelo rio, sugere a possibilidade do mesmo fenómeno ali poder ter ocorrido.

Em época mais recente, o baixo Tejo tornou-se uma das mais relevantes áreas de pesquisa destes temas, juntando-se às outras mais meridionais, de há longa data conhecidas. Refira-se, contudo, ainda existirem vastas áreas totalmente desconhecidas na sua ampla bacia hidrográfica (figs. 1 D e 4). Sublinhe-se que toda a zona do estuário deste rio se encontra afectada por fenómenos de assoreamento de ordem vária. Por exemplo, o rio Trancão, historicamente uma importante via de abastecimento à cidade de Lisboa, inclusivamente com ligações a áreas de salinas na baixa de Loures (fig. 4), ficou totalmente fechado à circulação naval com o terramoto de 1755; isto é, em época recentíssima. Em outro registo, interessa assinalar o facto de ambos estuários (Tejo e Sado) pertencerem a uma antiga bacia terciária comum, o que dificulta sobremaneira a identificação/diferenciação petrológica dos fabricos cerâmicos de uma e outra região (Mayet, Schmitt e Silva 1996), um outro aspecto afinal dos múltiplos e variados condicionamentos impostos à investigação arqueológica pelos factores de ordem geomorfológica.

A norte do estuário do Tejo, abre-se uma região que constitui uma total incógnita da investigação, mas que poderá futuramente revelar dados interessantes (figs. 1 B e 4). Trata-se de um litoral de arribas abruptas, mas amplamente recortado por lagunas de grande virtualidade para a exploração de recursos marinhos e de óbvias potencialidades portuárias, fundamentais nesta costa agreste: a lagoa da Pedreneira, a de Alfeizerão, a de Óbidos e aquela que isolava Peniche do continente, ainda em épocas recentes (fig. 4).

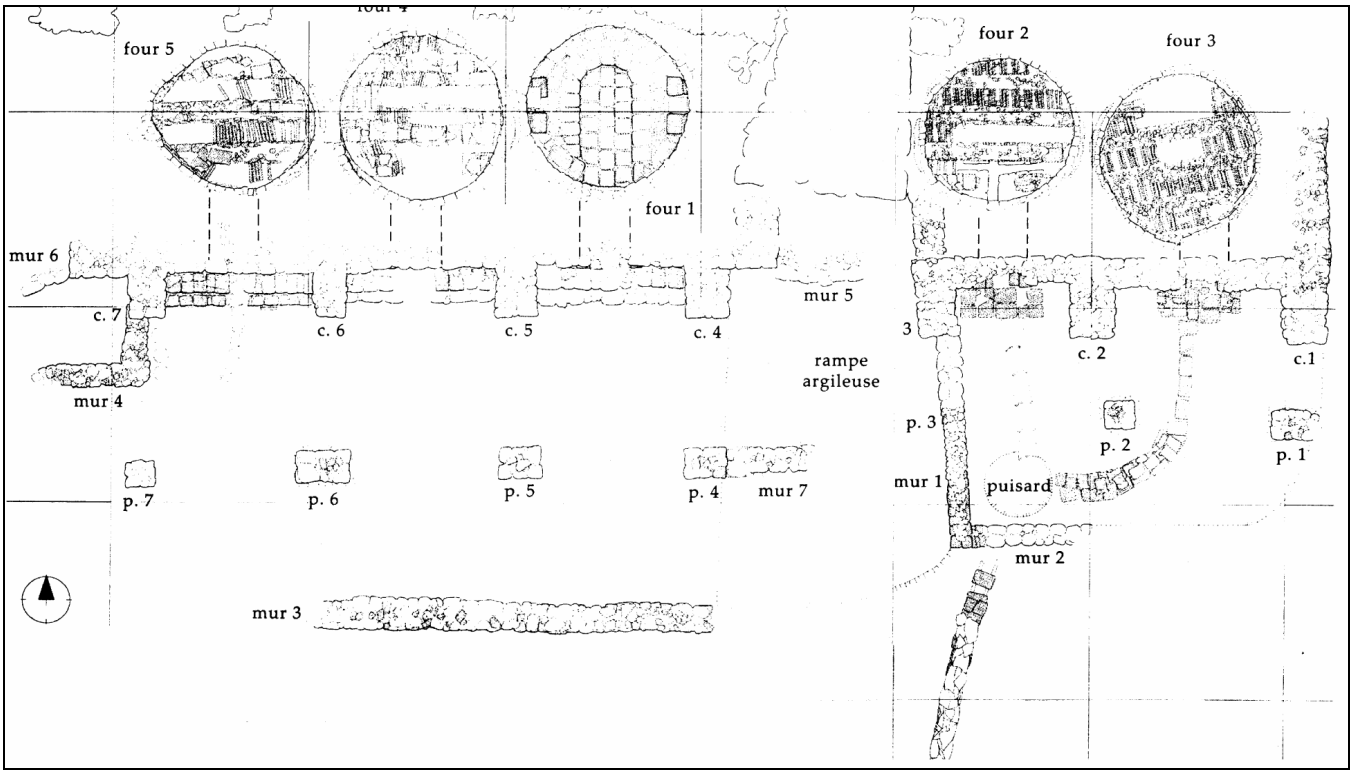

Figura 3.- O centro oleiro de Abul, Alcácer do Sal (Mayet e Silva 2002).

Todo este complexo possui uma persistente personalidade, bem conhecida em épocas históricas, correspondendo genericamente ao que Orlando Ribeiro definiu como *"complexo portuário da Estremadura"*, extremamente dinâmico e activo, apesar da proximidade com aquele que foi historicamente o mais importante complexo portuário do ocidente: o da bacia do Tejo (Ribeiro 1977, 103-106). Em épocas históricas, conhecemos o porto de Paredes, de localização desconhecida (mas que recebeu foral em 1282, o que revela a sua importância regional), nas margens da Lagoa da Pedreneira (activa até ao séc. XVIII); Alfeizerão; Salir do Porto; S. Martinho do Porto; Óbidos; Atouguia da Baleia; Lourinhã ou Torres Vedras, que ainda exportava para Lisboa em pleno século XV, pelo rio Sisandro (Ribeiro 1977, 106-108)– v. Figura 4. Aos silêncios da literatura greco-latina sobre esta região, poderemos contrapor um testemunho, bem mais tardio, datado do século XII, de que faço deliberadamente extensa citação:

"No dia seguinte aportámos com felicidade à ilha de Phenicis, distante do continente cerca de 800 passos. Abunda esta ilha em veados e sobretudo em coelhos(...). Junto dela há ainda duas ilhas, a que o vulgo chama Berlinges, corrupção de Baleares, e numa delas existe um palácio de maravilhosa arquitectura, com muitos alojamentos e arrecadações (...)". Carta do pseudo-Osberno sobre a tomada de Lisboa em 1147 (Oliveira 1936, 56).

Espantosa referência esta, pelo que nos transmite. Em primeiro lugar, Peniche ainda seria ilha e na Berlenga conservar-se-ia visível o vestígio de imponente construção. Fala-nos, este documento, de um litoral ermado na época, mas onde, todavia, pontificavam ainda as ruínas de antigas ocupações, de que o *palatium admirabilis architecturae* constituía exemplo, cuja função e cronologia não podemos determinar.

Toda esta longa referência deseja somente sublinhar o imenso potencial de toda esta região, recentemente revelado pela identificação de um centro oleiro justamente na actual península de Peniche (Cardoso, Gonçalves e Rodrigues 1998). Este complexo, instalado em época precoce da produção de ânforas na Lusitânia constitui uma das mais interessantes novidades no panorama da produção de ânforas lusitanas e será, provavelmente, apenas o primeiro apontamento de uma realidade mais extensa e complexa, que futuras investigações poderão revelar. Mas poderíamos mencionar também a cidade romana de *Eburobrittium*, no fundo da lagoa de Óbidos, que parece ter sido mais um aglomerado marítimo do litoral atlântico (Moreira 2002). Não tenho dúvidas de que futuras investigações revelarão nestas costas uma nova área de intensa exploração de recursos marinhos.

A norte do histórico "complexo portuário da Estremadura", e para lá do potencial navegável do rio Lis, que serviria a cidade de *Colippo*, assinalam-se os amplos estuários do Mondego e Vouga (fig. 1 B e A), ambos profundamente assoreados, mas também ambos com uma notável tradição histórica de exploração de recursos marinhos. Por se tratarem de amplos estuários, numa costa onde rareiam os fundeadouros, e por registarem importantes tradições

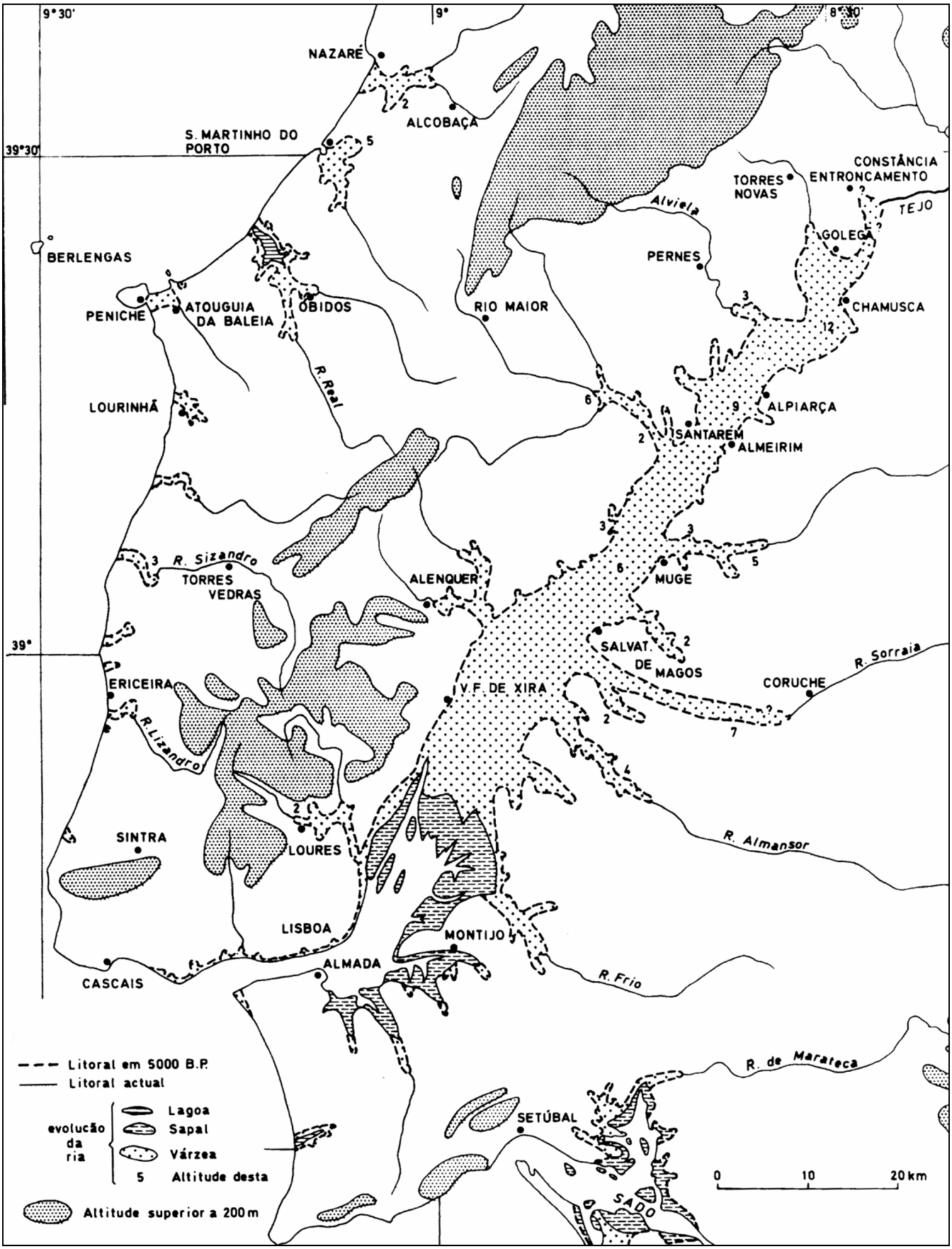

Figura 4.- As rias flandrianas da Extremadura e Ribatejo, segundo Daveau (1980).

históricas de ligação ao mar, não me parece aventuroso afirmar que futuros programas de investigação, directamente orientados para a identificação de estudo de vestígios de época romana nestas duas áreas poderão vir a ampliar a geografia da produção de preparados de peixe da Lusitânia romana e, eventualmente também de fabrico de contentores de transporte.

Em suma, sintetizando os principais constrangimentos de ordem geográfica e seus reflexos sobre a moderna investigação, sublinharia os seguintes pontos:

1.- A existência de uma rica complexidade de situações que carece de investigações específicas onde se possam rastrear as redes de relações entre centros de exploração de recursos marinhos e de olarias, entendidos sempre numa óptica local e regional, que importa valorizar.

2.- A extrema dificuldade suscitada pelas grandes transformações recentes, com enormes impactes sobre as paisagens antigas, quer pela sobreposição de realidades, quer pelos fenómenos de assoreamento e alterações de linha de costa, sem esquecer que esses mesmos fenómenos se podem ter verificado, em escala mais modesta, mas não menos marcante, ainda na época romana.

3.- A necessidade de proceder a investigações específicas voltadas para a identificação de complexos de produção de preparados de peixe e de centros oleiros, atendendo às antigas geografias e não às paisagens actuais.

2.- Breve historial das investigações.

Já em outros locais tive o ensejo de ensaiar breves sínteses historiográficas sobre o estudo das ânforas em Portugal (Fabião 1989) ou sobre a problemática da produção de ânforas na *Lusitania* (Fabião e Carvalho 1990). Limitar-me-ei, por isso, a uma breve resenha das principais tendências que se podem observar.

Remontam ao século XIX as notícias sobre fornos romanos em duas das principais áreas onde se identifica a produção de ânforas da *Lusitania*: o vale do Sado e o Algarve. Sobre a primeira região, deu conta J. Correia Baptista, em artigo dedicado à zona de Alcácer do Sal, dado à estampa nas páginas de *O Archeólogo Português*: *"(...) conheço vestígios de ephoca romana, em quasi toda a margem direita do rio Sado"*, escreveu então (Baptista 1896, 7). De entre esses vestígios, assinalava a existência de vários fornos, quer na Herdade da Barrosinha, quer no sítio da Xarrouqueira (Baptista 1896, 7). Embora posteriormente Vergílio Correia tenha atribuído as *"volumosas acumulações de ânforas partidas"* que se observavam nas margens do Sado a indícios de estruturas portuárias, de recepção de artigos, negando a sua associação com eventuais centros produtores (Correia 1928, 288). Este autor, que se ocupou concretamente do estudo arqueológico da urbe sadina, apresentou o seu ponto de vista nas páginas de um esboço monográfico, publicado em 1930: *"Os cais de embarque, rio acima, estão marcados ainda pelo amontoado de ânforas partidas rebordando os desaparecidos pontões. Oficinas de oleiros e fornos (...) perduram perto da corrente, como anexos das* villae rusticae*"* (Correia 1930 [1972], 130). Em suma, interpretava incorrectamente os vestígios visíveis. Reconhecia a existência dos fornos, que relacionava com o mundo rural e via nas entulheiras os vestígios de antigas instalações portuárias, dissociando, na prática, uns e outras.

No Algarve, realizaram-se pesquisas em dois centros produtores, praticamente em simultâneo, embora com interpretações divergentes. J. Leite de Vasconcellos investigou no lugar dos Olhos de S. Bartolomeu de Castro Marim um forno, que se encontrava associado a um depósito de ânforas e outros materiais (fig. 5). Foi a primeira escavação de um forno de ânforas de época romana realizada em Portugal (Vasconcellos 1898b) e, embora o autor não deixasse de sublinhar o seu potencial interesse para o estudo dos intercâmbios comerciais, dedicou-lhe, de facto, somente algumas páginas e os trabalhos não tiveram continuidade. Por essa mesma época, Santos Rocha escavou no local da olaria de S. João da Venda, Loulé, sem contudo se dar conta da real natureza do sítio. De facto, verificou a existência de uma grande concentração de materiais, *"(...) verdadeiras pilhas de fragmentos de ânforas (...) em 4 ou 5 metros quadrados de superficie (...) recolhemos o bastante para encher uma carroça (...)"*; características peculiares em algumas delas, *"(...) restos de ânforas que pareciam ter uma cobertura vítrea, devido talvez a circunstâncias especiais de cozedura"*, ou seja, materiais recozidos; e desvalorizou as informações do lavrador local que lhe falou de "um forno" e de uma "camada de cinzas". Por tudo isso, preferiu interpretar o local como a instalação de uma *cella vinaria*, destruída por um incêndio (Rocha 1895-1896 [1975], 160). O escasso interesse suscitado por uma grande, mas monótona, concentração de materiais justificou o abandono da escavação: *"Como não se encontravam senão restos desses vasos* [ânforas], *de dollia e de alguns outros difíceis de classificar, demos a* exploração *por finda"* (Rocha 1895-1896 [1975], 160). Só quase um século mais tarde houve oportunidade de reavaliar esta informação, atribuindo-lhe a devida relevância (Fabião e Arruda 1990).

Por muitos anos manteve-se bastante discreto o interesse pelas olarias romanas, quer por aquelas onde se fabricaram ânforas, quer pelas que produziram materiais de outro tipo. Foram identificados novos locais, realizaram-se algumas escavações, mas não se pode dizer que se tenha progredido substancialmente no conhecimento do complexo mundo das produções cerâmicas lusitanas, à semelhança, diga-se, do que se verificava em outras regiões do antigo império romano. O artigo consagrado aos fornos da Herdade do Pinheiro, Alcácer do Sal, pode considerar-se um razoável balanço de quase um século de observações (Almeida, Zbyszewski e Ferreira 1971). Neste texto, foram dados a conhecer três fornos, pertencentes a um centro oleiro localizado na margem do rio Sado. Os fornos tinham sido revelados e parcialmente destruídos nos anos 50 (Mayet e Silva 1998, 13) e, mais tarde, reconhecidos no âmbito dos levantamentos da Carta Geológica local (Almeida, Zbyszewski e Ferreira

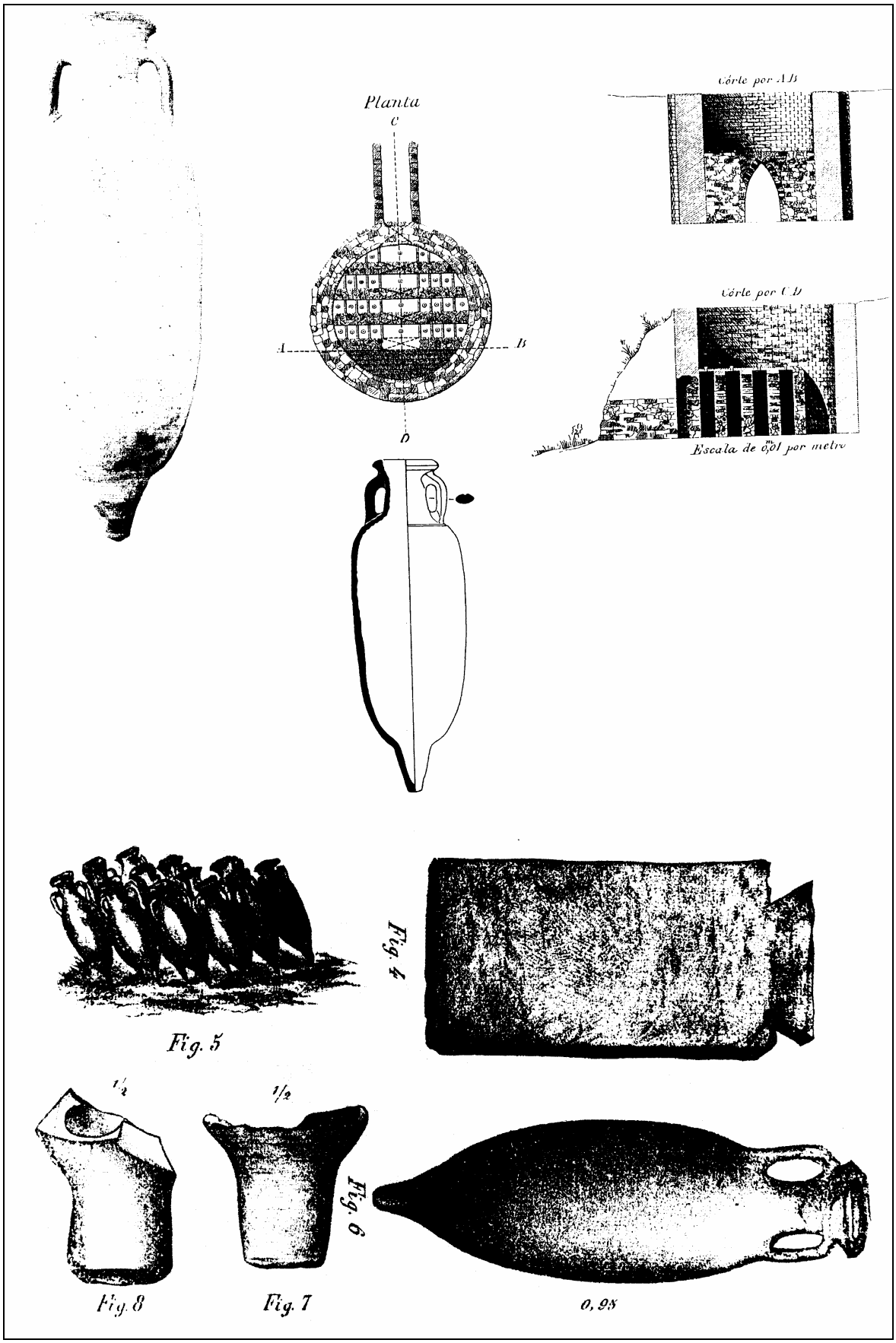

Figura 5.- O forno de S. Bartolomeu de Castro Marim e o seu depósito de ânforas, segundo Vasconcellos (1898b).

1971, 155). Para além da notícia propriamente dita, os autores apresentam o inventário dos fornos de cerâmica romanos conhecidos então no território português, num total de dezoito referências. Para além daqueles cujo tipo de produções se desconhecia em absoluto, e que era a maior parte (11), mencionam três fornos que teriam fabricado material de construção; como não poderia deixar de ser, referem o de S. Bartolomeu de Castro Marim, escavado por Vasconcellos e, pela primeira vez, assinalam o centro oleiro do Martinhal, que designam como Murtinhal (Almeida, Zbyszewski e Ferreira 1971, 157 e 159). Na bacia do Sado, propriamente dita, aquela que mais directamente dizia respeito ao estudo apresentado, listam na Marateca, para além dos fornos da Herdade do Pinheiro, *"(...) mais dois na Herdade do Monte Novo a caminho do Monte da Abula"*, e a *"(...) colina juncada de restos de cerâmicas para construção, lusitano-romanos"*, deste último local, sugerindo poder tratar-se de um novo forno, ainda oculto (Almeida, Zbyszewski e Ferreira 1971, 157 e 159). Não deixam de mencionar a presumível existência de mais fornos na zona de Alcácer, recorrendo ao testemunho de Baptista, mas parece evidente tratar-se de uma simples menção erudita, sem a respectiva confirmação no terreno, uma vez que nada dizem sobre a Herdade da Barrosinha, um dos locais mais bem conhecidos, sendo provável também que não soubessem já identificar o sítio da Xarrouqueira, por se encontrar deficientemente grafado na Carta Militar de Portugal (sob a designação de "Enchurrasqueira"). No tocante ao complexo oleiro do Pinheiro, os autores reconhecem o seu particular interesse, pelas relações que teria com a produção de preparados de peixe, amplamente documentada em Tróia e anunciam a realização de investigações no local a *"(...) efectuar em breve"* (Almeida, Zbyszewski e Ferreira 1971, 164), mas que todavia não chegaram a concretizar.

O breve texto consagrado ao centro oleiro da Herdade do Pinheiro pode tomar-se como expressivo exemplo da real atenção dada à olaria romana pelos investigadores nesta época. Constituía matéria de inventário, mas não propriamente de aprofundada investigação, ainda que se lhe reconhecesse, sempre, o elevado potencial para o conhecimento da economia e comércio da Antiguidade. Tal como nos finais da centúria anterior, não se escavava, não se estudavam as produções concretas, nem se averiguava a sua distribuição geográfica. Pode dizer-se que, desde Leite de Vasconcellos, poucos progressos se verificaram. O texto constitui ainda aquilo a que poderemos chamar uma última expressão desta atitude de efectivo desinteresse, apesar das constantes afirmações em contrário.

Como em outros locais escrevi, foi a década de 70 do século XX que marcou uma considerável viragem na atitude dos investigadores relativamente às produções cerâmicas, em geral, e aos centros oleiros, em particular. Diria que se nota então um alinhamento com o que se fazia já em outros meios científicos europeus, particularmente pela internacionalização de alguns investigadores nacionais, da Universidade de Coimbra, com o projecto luso-francês de *Conimbriga*; e da Universidade de Lisboa, com estágios em Itália (Fabião 1989, 25; Fabião e Carvalho 1990, 38-39). Este alinhamento pelo canône europeu teve efeitos no meio científico português e na generalidade dos investigadores nacionais. As principais contribuições para a investigação anfórica fizeram sentir-se nas duas áreas de há longa data conhecidas como produtoras de contentores cerâmicos em época romana, respectivamente, o vale do rio Sado e o Algarve. No primeiro, registam-se os estudos de Carlos Tavares da Silva e Antónia Coelho-Soares, sobre o acervo de ânforas do Museu de Setúbal, constituído por materiais recolhidos naquela cidade, e sobre o espólio cerâmico do centro produtor da Quinta da Alegria, da mesma área urbana, destruído por uma instalação industrial (Coelho-Soares e Silva 1978 e 1979). Paralelamente, Guilherme Cardoso e outros investigadores do Museu do Mar, de Cascais, realizavam prospecções com recolha de materiais nas margens do Sado, nas zonas onde se conservavam as entulheiras dos antigos centros oleiros, ainda que a divulgação destes dados tenha sido feita de um modo descontínuo (Cardoso 1978 e 1986) e A M. Dias Diogo começava a percorrer idênticos caminhos (Diogo 1980, 149). Sobre o Algarve, Maria Luísa Veiga Silva Pereira publicou um conjunto de marcas impressas sobre ânforas da forma Keay XVI e *tegulae*, que tinham sido recolhidas por Estácio da Veiga em 1877-78 (Pereira 1974-1977), e que só em parte tinham sido incluídas no II volume de CIL, quase sempre com leituras deficientes. Por se tratar das mesmas marcas, impressas sobre distintos materiais, presumia a Autora, com alguma verosimilhança, tratar-se de oleiros locais. Assim nasceu um equívoco, que só recentemente julgo ter desfeito (Fabião 1997b). Manuel Maia realizou a publicação recente dos materiais recolhidos por Leite de Vasconcellos em S. Bartolomeu de Castro Marim, juntando-lhes alguns novos dados, entre os quais uma marca com *tria nomina*, que recolheu em prospecção na área da antiga olaria (Maia 1979).

Por estes anos, A. Parker visitou os museus portugueses e deu conta de algumas breves observações que, por terem sido apresentadas no âmbito de um Colóquio internacional (Parker 1977), acabaram por conhecer maior divulgação do que os trabalhos dos investigadores portugueses. Não se pode dizer, porém, que tenha trazido notório contributo, para além da valorização da produção lusitana das ânforas do tipo Dressel 14/Beltrán IV, propondo a designação de IVb para os exemplares de fabrico ocidental. Curiosamente, foi pela publicação das escavações de Ostia, na Península Itálica, que melhor se foi percebendo a relevância dos artigos lusitanos, no quadro dos consumos do século I e II A.D. (Panella 1972).

A década de 80 do século XX constituiu um período de incremento substancial das investigações, designadamente com a identificação no baixo Tejo de unidades de produção de preparados de peixe e centros oleiros (Amaro 1990 a, 71). Consolidou-se, então, a ideia de que haveria um forte paralelismo entre as actividades económicas de ambos estuários, parecendo mesmo que as formas de ânforas produzidas teriam sido as mesmas e análoga a dinâmica da exploração. Um balaço geral das aquisições e da dinâmica da investigação em curso nessa altura pode ver-se nas *actas* da mesa-redonda reunida em Conimbriga, justamente nos finais da década (Alarcão e Mayet 1990).

Após o encontro conimbricense, continuaram os trabalhos em várias áreas, mas o esforço de reunião e debate das questões suscitadas por estes novos estudos, que ainda conheceu alguma continuidade, pela realização de um Colóquio no Seixal, dois anos depois (Filipe e Raposo 1996) e, em menor escala, numa pequena mesa-redonda, reunida aquando da apresentação do respectivo volume de *actas* (*Al-Madan*, 1996), não teve infelizmente seguimento, o que é a todos os títulos de lamentar. À margem destes encontros e debates, AM. Dias Diogo publicou em 1991 uma proposta de tipologia geral das ânforas lusitanas (Diogo [1991], 1987), sem contudo ter explicado os critérios em que baseou muitas das suas afirmações e sem identificar a proveniência dos exemplares usados como referências padrão para cada uma das formas identificadas (fig. 6).

O actual panorama das pesquisas distribui-se, como é natural, pelas distintas áreas geográficas conhecidas. No baixo Tejo decorrem alguns programas de pesquisa, entre os quais se destacam o projecto de doutoramento de Clementino Amaro e o Projecto olarias romanas no estuário do Tejo (Orest); no baixo Sado, haverá a assinalar o projecto luso-francês, as investigações de Isabel Cristina Fernandes, na área de Palmela, e de Dias Diogo e João Carlos Faria, nas imediações de Alcácer do Sal. Nos últimos anos, haverá ainda a sublinhar a descoberta fortuita de um novo centro oleiro, na zona de Peniche, que conduziu à realização de pesquisas de maior fôlego naquela que é, de momento, a zona produtora mais setentrional da Lusitânia. Um pouco à margem de toda esta actividade foi ficando o Algarve, onde somente intervenções de emergência têm revelado novos dados, nem sempre extensamente apresentados. Contudo, o projecto de doutoramento de Catarina Viegas contribuirá, por certo, para um melhor conhecimento desta zona onde tantos resultados de escavações (antigas e modernas) aguardam o devido estudo e publicação.

Desenvolveu-se também, sobretudo na última década, uma vertente de investigação arqueométrica, iniciada por J.M. Peixoto Cabral (Cabral, Gouveia e Morgado 1993-1994 e 1996; Cabral, Fonseca e Gouveia 2000 e 2002), continuada, depois, por Isabel Prudêncio e Isabel Dias, que têm apresentado os seus resultados em diferentes encontros internacionais de arqueometria. Este programa de pesquisas tem-se ocupado da caracterização dos diferentes fabricos por análise química e envolve as produções dos diferentes centros, não descurando o tratamento dos distintos períodos cronológicos. Outros autores contribuíram pontualmente para estes esforços e o projecto luso-francês do Sado realizou também análises petrográficas das produções lusitanas (Mayet, Schmitt e Silva 1996).

Uma boa síntese dos conhecimentos gerais sobre a produção lusitana pode ver-se na obra de Lázaro Lagóstena Barrios (Lagóstena 2001), a mais recente abordagem à problemática da produção de preparados de peixe e das ânforas destinadas ao seu transporte na Península Ibérica. Para não sobrecarregar excessivamente de referências o presente texto, remeto o leitor interessado para o pequeno capítulo de bibliografia.

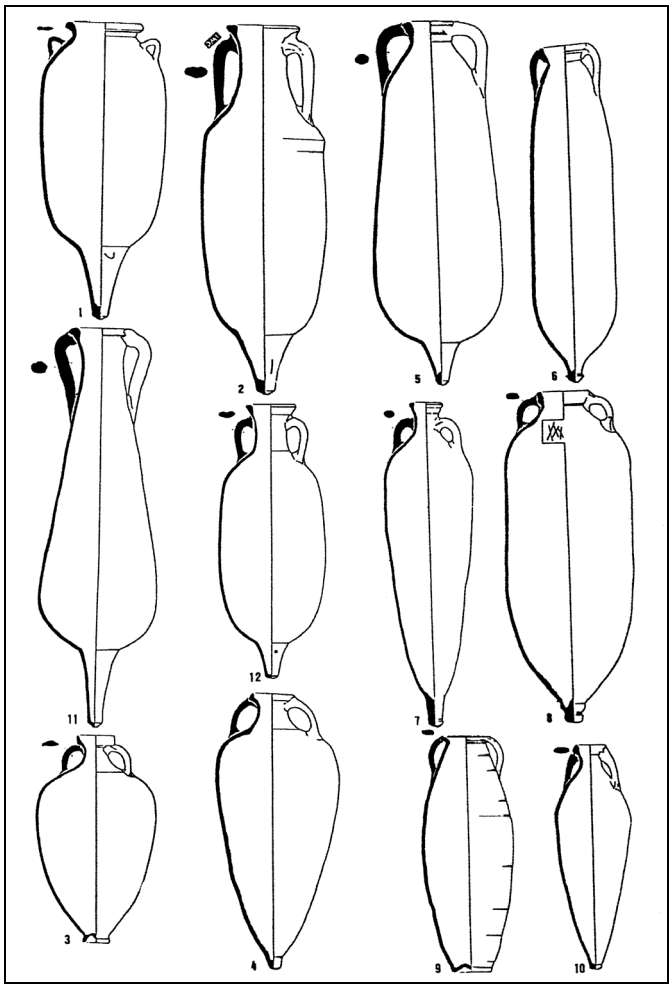

Figura 6.- A tipologia das ânforas lusitanas, segundo A.M. Dias Diogo (1991).

3.- Centros oleiros conhecidos.

O balanço realizado no decurso da mesa-redonda de Conímbriga dava conta das principais aquisições no domínio da investigação (Alarcão e Mayet 1990). Basicamente, verificava-se a existência de três grandes áreas produtoras, embora com características algo distintas: os baixos vales dos rios Sado e Tejo e a costa algarvia. O primeiro constituía a área que desde sempre se conhecera, com a tradicional associação ao grande complexo de produção de preparados de peixe de Tróia, ao qual se juntavam, agora, as novas informações obtidas na própria área urbana de Setúbal, na margem direita do estuário e em outros locais de menor entidade. O segundo, apresentava-se como a novidade recente: em cerca de uma década tinham-se multiplicado as observações e verificado uma associação similar à do vale do Sado, com unidades de produção de preparados de peixe em ambas margens do estuário e centros oleiros a montante na orla ribeirinha. O terceiro distinguia-se claramente dos anteriores, fundamentalmente por duas razões: em primeiro lugar pelo facto da produção anfórica parecer afirmar-se somente em épocas mais tardias; em segundo lugar, por se distribuírem os centros oleiros por uma região mais vasta, sugerindo tratar-se não de um sistema concentrado e eventualmente unitário, como supostamente se verificaria nos dois grandes rios, mas antes uma realidade mais vasta e

complexa, feita de distintos núcleos, com diferentes enquadramentos. Finalmente, se havia projectos de investigação, em esboço ou já decorrendo, para as duas grandes bacias hídricas, não havia qualquer projecto de estudo coerente e unitário para a zona algarvia.

Pode dizer-se que aquilo que sucedeu nos últimos anos correspondeu, de facto, ao que seria de esperar: desenvolveu-se um grande projecto no Sado, para além de outros estudos de âmbito regional/local; prosseguiram os estudos em diversas perspectivas na bacia do Tejo; não se verificaram progressos significativos no Algarve. De novo, surgiu a olaria do Morraçal da Ajuda (Peniche), descoberto acidentalmente e objecto de escavações nos últimos anos (fig. 7). Trata-se do mais setentrional centro de produção de ânforas actualmente conhecido em Portugal e a sua existência vem alertar-nos para o muito que poderá haver ainda por identificar nas orlas costeiras e zonas ribeirinhas do complexo lagunar da Estremadura e em outras áreas mais setentrionais, com ecossistemas análogos aos do Tejo e Sado e onde existe uma importante tradição histórica de exploração de sal marinho, para não falar do que faltará ainda estudar nas grandes áreas onde tradicionalmente se tem concentrado a investigação.

Na relação que abaixo se apresenta, os diferentes centros oleiros são identificados pelo seu topónimo, pelas coordenadas UTM, reportadas ao fuso 29, e pelo seu código de registo na base de dados do Instituto Português de Arqueologia – dados sobre cada um destes locais podem ser consultados no website: www.ipa.min-cultura.pt.

3.1.- Morraçal da Ajuda (Peniche):
CNS 11693
UTM : M 467576 P 4357440 (figs. 1 B, e 7.1).
Centro oleiro identificado na área urbana de Peniche, no decurso de obras, e sujeito a uma intervenção de salvamento que ainda decorre (Cardoso, Gonçalves e Rodrigues 1998). Em época romana o local seria uma ilha, embora relativamente próxima da costa uma vez que assim era em outros períodos históricos, como houve oportunidade de comentar (v. *supra*). No estado actual dos conhecimentos, sabemos que apresentava vários fornos, pelo menos quatro, que terão sido utilizados para fabricar ânforas, seus opérculos, e outras cerâmicas (Cardoso e Rodrigues 2002). Presentemente, dispomos somente de algumas notícias preliminares, pelo que se afigura prematura qualquer avaliação global desta olaria.

Trata-se de um complexo que terá laborada numa fase relativamente antiga da presença romana, uma vez que terá sido instalado ainda em época júlio-cláudia. As formas das ânforas do Morraçal da Ajuda encontram-se ainda mal caracterizadas, mas é evidente a influência que terão conhecido das suas congéneres da *Baetica*, os autores da escavação costumam falar de formas *afins* das Dressel 7-11 e Haltern 70, para além das mais típicas formas lusitanas, integráveis já na Classe 20-21 (= Dressel 14/Beltrán IV); produziu também pesos, materiais de construção, cerâmica comum e de paredes finas (Cardoso, Gonçalves e Rodrigues 1998; Cardoso e Rodrigues 2002). Trata-se, pois, de um grande complexo oleiro de produção muito diversificada, mas ao que parece de existência breve. Uma marca (LARVENRVSTICI) foi identificada, impressa em vários exemplares e com distintos punções (Cardoso, Gonçalves e Rodrigues 1998; Cardoso e Rodrigues 2002).

Não há qualquer informação sobre outras estruturas eventualmente relacionadas com a olaria, mas reconheça-se que o facto da mesma se localizar numa área urbana actual também não contribui para um efectivo conhecimento do contexto da sua laboração.

Enquanto se não apresenta uma publicação detalhada das formas de ânforas identificadas, não adiantará debater a sua classificação. No entanto, parece-me preferível avançar para outras nomenclaturas que não a de *afins de*, uma vez que tais designações introduzem confusões e em nada contribuem para uma real caracterização das peças. Haverá a sublinhar: em primeiro lugar, o âmbito cronológico da laboração, o século I d.C.; em segundo, a aparente variedade formal dos contentores produzidos, sobretudo no tocante aos principais detalhes morfológicos (bordos, asas, etc.), dado que aproxima estes fabricos dos conhecidos na fase mais antiga de laboração da bacia do rio Sado e, provavelmente também do baixo Tejo, como haverá oportunidade de comentar (v. *infra*).

3.2. - O Baixo Tejo. (figs. 1 C, 7, 8 e 9).
Como já ficou dito, é relativamente recente a descoberta de centros oleiros produtores de ânforas na bacia do Tejo. De facto, embora se registassem vários fornos cerâmicos, de suposta ou segura datação romana nesta região (Almeida, Zbyszewski e Ferreira 1971; Cardoso 1990), somente com as descobertas na década de 80 do século XX, de sítios arqueológicos com cetárias na zona da foz do rio e novos fornos, se consolidou a ideia de um baixo Tejo produtor de preparados de peixe e de contentores cerâmicos para a sua exportação (Amaro 1990a).

Presentemente, pode dizer-se que se conhecem com alguma segurança três centros oleiros, Garrocheira, Porto dos Cacos e Quinta do Rouxinol, e se supõe a existência de vários mais, Muge (Cardoso 1990), Monte dos Condes, Benavente (informação de Jacinta Bugalhão, IPA – CNS 16680), Vale da Palha, Alcochete (Raposo 1990, 117); Olho da Telha, Palmela (Fernandes e Carvalho 1996b, 122-4 e fig. 7), seguramente, entre outros. Como o conhecimento de que dispomos sobre estes locais é muito diferente, optei por tratar com detalhe aqueles que foram já objecto de escavações, deixando de lado os restantes. Embora sem dados muito concretos e seguros, pode adiantar-se que é verosímil supor ter aqui havido também uma fase inicial de fabrico, com ânforas passíveis de enquadramento na Classe 20/21 (= Dressel 14/Beltrán IVb), de típicos bocais moldurados, designadamente em Muge (Cardoso 1990). Em suma, algo semelhante ao verificado no complexo de Peniche e nas mais antigas olarias do baixo Sado. Quanto ao resto, parece verificar-se uma situação não muito distinta da observada no baixo Sado, tanto no que respeita aos ritmos e cronologias da

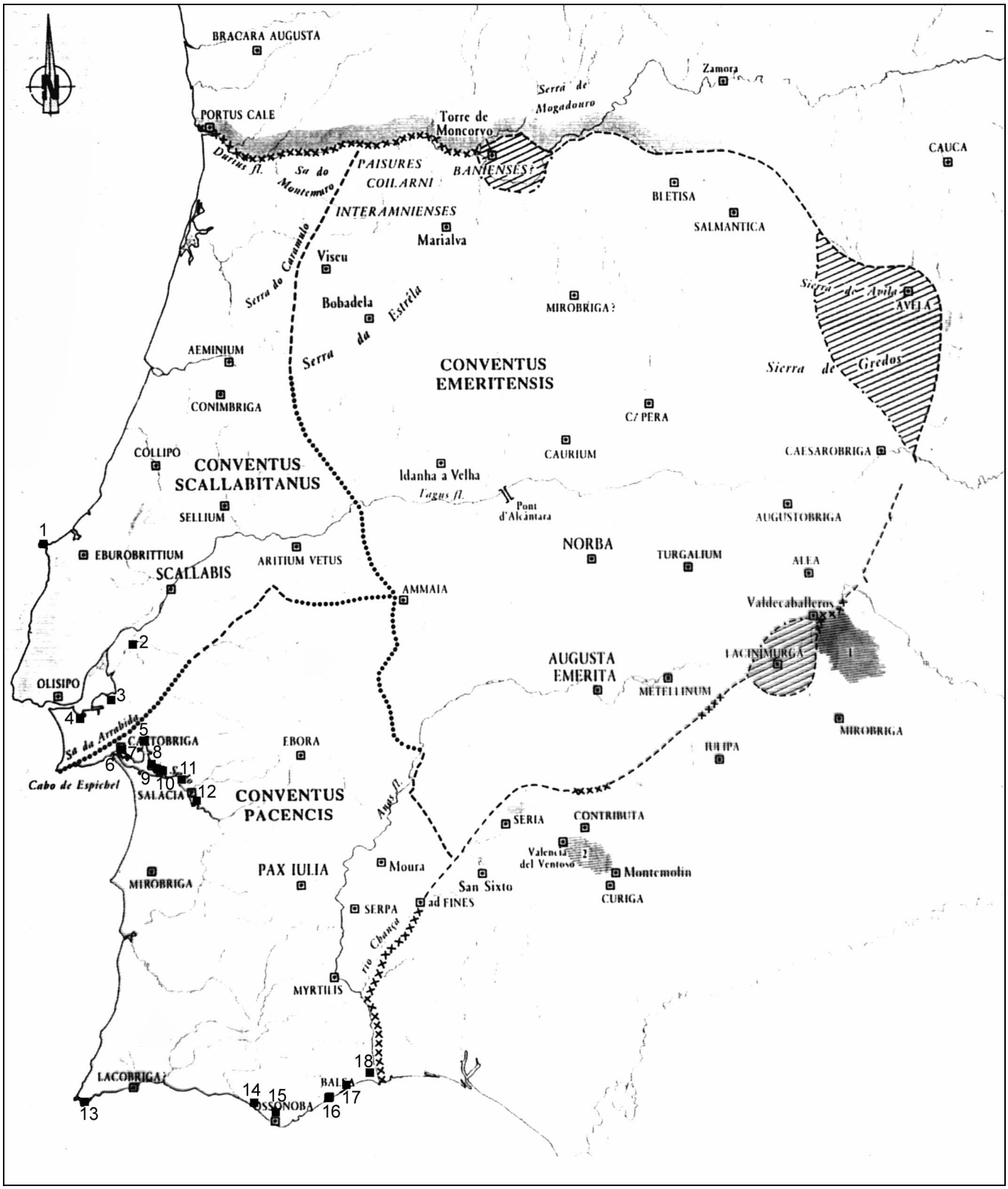

Figura 7.- Centros oleiros da Lusitânia. 1: Morraçal da Ajuda, Peniche; 2: Garrocheira, Benavente; 3: Porto dos Cacos, Alcochete; 4: Quinta do Rouxinol, Seixal; 5: Zambujalinho, Palmela; 6: Largo da Misericórdia, Setúbal; 7: Quinta da Alegria, Setúbal; 8: Pinheiro, Alcácer do Sal; 9: Xarrosinha, Alcácer do Sal/Vale da Cepa; 10: Abul, Alcácer do Sal; 11: Bugio, Alcácer do Sal; 12: Barrosinha, Alcácer do Sal; 13: Martinhal, Vila do Bispo; 14: Quinta do Lago, Loulé; 15: S. João da Venda, Loulé; 16: Torre de Aires, Tavira; 17: Manta Rota, Vila Real de Santo António; 18: S. Bartolomeu de Castro Marim, Vila Real de Santo António. Base cartográfica: mapa da Lusitânia definido no Coloquio *Les villes de Lusitanie: hiérarchies et térritoires* (Talence 1990).

laboração, como no concernente às formas produzidas, ainda que com algumas notórias diferenças, como haverá ensejo de comentar. Acrescentaria, contudo, que poderão existir outras formas ainda mal caracterizadas, sobretudo de época tardia, fabricadas algures nesta zona, como se depreende de um exemplar de forma insólita, recolhido em Santarém e recentemente exposto (Arruda, Viegas e Almeida 2002, 127, peça nº 81).

Assim, não perdendo de vista que a realidade será mais rica e complexa, vejamos o que se conhece dos principais centros oleiros já estudados.

3.2.1.- Garrocheira (Benavente):
CNS 19131
UTM: M 519029 P 4315963 (fig. 7. 2).
O sítio da Garrocheira, Benavente, foi identificado na sequência de uma extensa destruição. A intervenção arqueológica ali realizada foi mínima, cingiu-se a uma acção conducente à conservação e valorização dos vestígios encontrados (Amaro 1990 b).

Foram identificados dois fornos de estrutura análoga, com canal central e grelha sustentada por arcos paralelos entre si e perpendiculares ao eixo maior do forno, mas de distintas dimensões: um grande, com cerca de 3.40 m de diâmetro, e outro menor, com não mais de 1.70m (Amaro 1990b, 89-90 e fig. 10). Parecem estar instalados em bateria, com muro de fachada bem identificado, com um telheiro de *imbrices*, sustentado por pilares, cobrindo a área frontal – esta organização, intuída no centro oleiro de Benavente é bastante clara, por exemplo, no complexo de Abul, no baixo Sado (v. *infra* e fig. 3). Desconhece-se o número total de fornos. O centro oleiro terá funcionado somente durante os sécs. I e II, já que não foram documentados fragmentos de ânforas tardias.

A produção terá englobado as ânforas da Classe 20/21 (= Dressel 14/Beltrán IVb), aparentemente de colos mais altos do que é habitual nesta forma, cerâmica comum e material de construção (Amaro 1990b, 90-2 e fig. 11).

Não há informações sobre outro tipo de estruturas associadas ao complexo oleiro, para além dos fornos propriamente ditos.

3.2.2.- Porto dos Cacos (Alcochete):
CNS 4143
UTM: M 513382 P 4282442 (fig. 7. 3)
O grande centro oleiro do Porto dos Cacos foi objecto de escavações e prospecções geofísicas (Matias 1992). Foi possível identificar vários fornos, de que se escavaram dois, estruturas de apoio à laboração da olaria, de características mal definidas, e uma necrópole, numa longa diacronia de ocupação, que se estende do século I d.C. até à Antiguidade Tardia. Regista-se o fabrico de ânforas e cerâmica comum e, aparentemente, vidros (Raposo 1990; Raposo e Duarte 1996; Guerra 1996; Sabrosa 1996).

Dos quatro fornos já identificados, aparentemente instalados em baterias de duas unidades, foram escavados dois, um de planta piriforme e outro circular, ambos com canal central e grelha suportada por arcos paralelos, perpendiculares ao eixo central do forno (Raposo 1990, figs. 22 e 23).

A área escavada é ainda reduzida em face das dimensões do complexo, o que explica algumas dúvidas e informações contraditórias que foram sendo produzidas. Nas primeiras escavações foi possível identificar uma importante produção de ânforas da Classe 20/21 (= Dressel 14/Beltrán IVb), não se registando perfis com bordos em fita, nem nenhuma das outras características das primeiras fases de fabrico registadas em outras olarias da Lusitânia; ainda nesta primeira fase, talvez pelo século II, começou o fabrico de contentores do tipo Lusitana 3, uma ânfora de fundo plano, claramente inspirada nos modelos gauleses (v. figs. 6 e 8), com a particularidade de registarem um notável hábito epigráfico (Guerra 1996; Fabião e Guerra n.p.), facto tanto mais importante quanto se não verifica de todo nas mais abundantes ânforas da Classe 20/21 (= Dressel 14/Beltrán IVb). A contemporaneidade destes fabricos e o seu desaparecimento na fase tardia parece claramente comprovado pela ausência de ambos entre o espólio associado ao chamado "forno 2" (Raposo e Duarte 1996). Em fase mais tardia, foram produzidas ânforas Keay XVI (= Lusitana 5); Classe 22 (= Almagro 50/Keay XXII/Lusitana 6), aparentemente em menores quantidades, Lusitana 9 e, sobretudo, Classe 23 (= Almagro 51c/Keay XXIII/Lusitana 4 e 10) – v. fig. 8. Em termos residuais, há a registar ainda fabricos com afinidades com a Dressel 28 e, outros, com a forma Beltran IIa (Raposo 1990) – v. fig. 9. Tudo isto, bem entendido, para além da cerâmica comum.

Os dados disponíveis, apontam para um início de laboração no século I e uma continuidade até ao V, não sendo possível explicar cabalmente alguns elementos mais tardios ali recolhidos, designadamente uma moeda de Egica, entre outros dados (Raposo 1990, 123), que sugerem uma maior longevidade da permanência humana no local. Sublinhe-se, todavia, que informações deste teor afiguram-se relevantes na hora de discutir os limites cronológicos desta actividade económica.

Embora muito haja ainda a fazer para uma correcta compreensão do sítio do Porto dos Cacos, tudo parece indicar que ali existiu uma notável olaria, com um núcleo de trabalhadores residente (assim se explicaria a necrópole), provavelmente com uma efectiva especialização técnica. Isto é, creio que este local corresponde, de facto, a um núcleo de manufactura intensiva e não propriamente a estruturas anexas a actividades agro-pecuárias, onde sazonalmente se fabricassem cerâmicas. Saber de quem dependia o complexo é, naturalmente, tarefa mais difícil.

3.2.3.- Quinta do Rouxinol (Seixal):
CNS 3683
UTM: M 487538 P 4277769 (fig. 7. 4).
O centro oleiro da Quinta do Rouxinol, Seixal, foi identificado na sequência de obras que o destruíram parcialmente. A área escavada inclui vestígios de três fornos, dos quais dois se puderam identificar como construções de

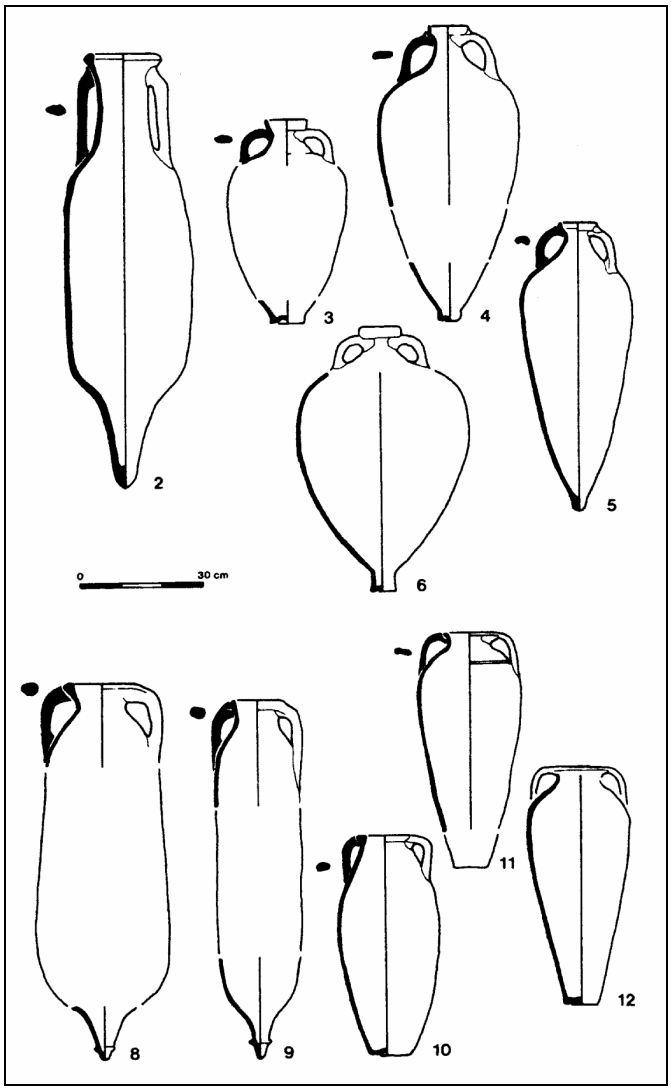

Figura 8.- As principais formas de ânforas fabricadas nos centros oleiros do baixo Tejo, segundo Raposo, Sabrosa e Duarte 1995.

planta piriforme e grelha suportada por arcos paralelos entre si e perpendiculares ao eixo central do forno; uma pequena estrutura circular, só parcialmente conservada, foi registada também (Duarte e Raposo 1996, fig. 1), poderia tratar-se de um forno de menores dimensões.

A olaria fabricou cerâmica comum, materiais de construção, lucernas e ânforas. De entre estas últimas, regista-se o repertório habitual da fase tardia: a forma Keay XVI (= Lusitana 5); Classe 22 (= Almagro 50/Keay XXII/Lusitana 6); Lusitana 9 e, sobretudo, Classe 23 (= Almagro 51c/Keay XXIII/Lusitana 4 e 10) – v. fig. 8. Uma vez mais, assinala-se a produção residual de outros contentores: Lusitana 3, Dressel 28 e uma forma tardia de difícil caracterização (Duarte 1990, 112-115; Duarte y Raposo 1996, 244-247) – v. fig. 9. A presença de poucos fragmentos de Classe 20/21 (= Dressel 14/Beltrán IVb) parece insuficiente para documentar uma produção local desta ânfora, o que se compreenderá uma vez que o complexo oleiro parece ter iniciado a sua actividade numa época tardia, quando não se fabricavam já os contentores deste tipo.

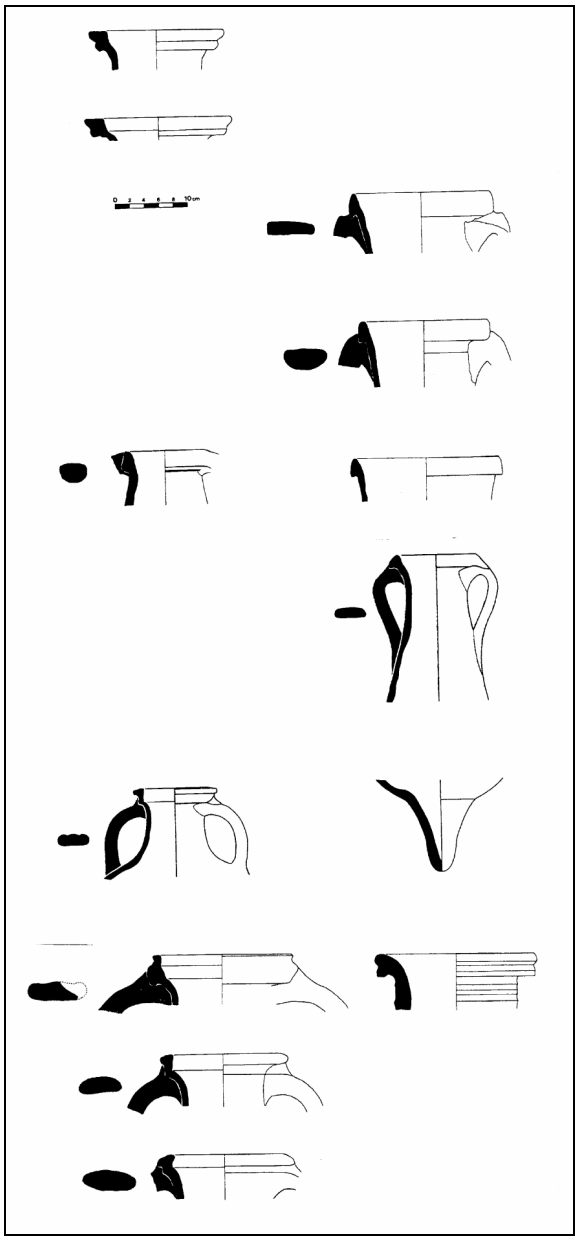

Figura 9.- Formas igualmente fabricadas nos centros oleiros do baixo Tejo, ainda que em menor quantidade, segundo Raposo e Duarte 1990 e Duarte e Raposo 1996.

Assim, a Quinta do Rouxinol teria funcionado como olaria desde os finais do século II até ao IV d.C. (Duarte 1990; Duarte e Raposo 1996). Algumas informações antigas sobre povoamento romano e necrópoles na área (Arthur 1951) são manifestamente insuficientes para uma proposta de contextualização da produção cerâmica.

3.3. - O Baixo Sado (figs. 1 C, 10, 11 e 12).

Como houve oportunidade de comentar (v. *supra*), a zona do Baixo Sado está identificada como área de concentração de unidades de produção de cerâmica, desde o século XIX. Esta actividade oleira foi também, desde há longa data, relacionada com o grande complexo de produção de preparados de peixe de Tróia (Almeida, Zbyszewski e Ferreira 1971). As observações realizadas em distintos locais e um significativo número de escavações têm contribuído

para um melhor conhecimento, caracterização e periodização destas actividades (exploração de recursos marinhos e fabrico de cerâmica), sobretudo nos últimos anos (Diogo e Faria 1990b; Étienne, Makaroun e Mayet 1994; Mayet, Schmitt e Silva 1996; Mayet e Silva 1998; Mayet e Silva 2002). Contudo, há que reconhecer que, apesar de todo o trabalho já realizado, estamos ainda longe de um conhecimento global de muitos dos aspectos desta actividade; estamos igualmente longe de dispor de informação detalhada sobre a rede de centros oleiros e suas características. Pode mesmo acrescentar-se que, no caso vertente, se multiplicaram as supostas identificações de olarias, que carecem ainda da devida confirmação. F. Mayet e C.T. Silva, que recentemente se empenharam em esclarecer alguns destes aspectos, designadamente excluindo dos mapas alguns locais que ali tinham sido incluídos com manifesto exagero e sugerindo reavaliação de algumas situações, a partir da experiência directa dos seus trabalhos – por exemplo, colocaram reservas à identificação de múltiplas olarias de época romana na zona do Bugio, já que alguns sítios próximos parecem, de facto, mais recentes; ou à localização de numerosos centros oleiros na área Xarrouqueira ("Enchurrasqueira")/Vale da Cepa, uma vez que em sítios como Abul o que parece verificar-se é uma mudança de implantação do complexo oleiro e não propriamente uma proliferação de centros (Mayet, Schmitt e Silva 1996). Mas, mesmo esses autores, admitem, após o relevante esforço feito para o estabelecimento de uma cartografia mais rigorosa, que muito haverá ainda por deslindar na geografia dos centros oleiros do baixo Sado.

Seguindo estas propostas mais recentes, optei por apresentar aquilo a que se poderá chamar a lista minimal de sítios, excluindo vários que têm proliferado na cartografia da produção sadina, provavelmente sem grandes razões. Contudo, sublinho que a lista apresentada pecará necessariamente por defeito.

De fora ficaram também duas questões ainda não cabalmente esclarecidas: a de uma suposta produção pré-romana de ânforas (Diogo e Faria 1990b) e a da ânfora a que Dias Diogo chamou Lusitana 1 (Diogo 1991) – v. fig. 6. Sobre a primeira, em outro local terei ensejo de comentar o que de momento se sabe, sem todavia avançar qualquer proposta conclusiva, por manifesta falta de elementos concretos para a sua consideração. Quanto à segunda, como também já em outro local afirmei, não me parece clara a suposta inspiração púnica, defendida por Dias Diogo, muito pelo contrário (Fabião 1996b). Por outro lado, a impossibilidade de identificar os seus possíveis centros de fabrico ou simples âmbito cronológico de produção inibem irremediavelmente qualquer comentário mais alongado.

É esta, pois, a lista, de sítios e produções, passível de ser minimamente comentada.

3.3.1. Zambujalinho, Marateca (Palmela):
CNS 6732
UTM: M 523300 P 4268800 (fig. 7. 5)

Sítio arqueológico romano onde se realizaram escavações de pequena extensão, atendendo à área de dispersão de vestígios (Fernandes 1992; Fernandes 1993; Fernandes e Carvalho 1996a). Desde as primeiras observações, pela abundância dos fragmentos de ânforas, cerâmicas comuns e materiais de construção, pareceu aceitável classificar o local como centro oleiro, ainda que não tenha sido identificado e escavado qualquer forno. Terá sido ocupado entre o século I d.C. e um momento indeterminado do Baixo Império (Fernandes e Carvalho 1996a).

De entre as produções documentadas merecem destaque as ânforas das Classe 20/21 (= Dressel 14/Beltrán IVb/Lusitana 2), não se registando qualquer exemplar com bocal de morfologia antiga, e Classe 23 (= Almagro 51c/Keay XXIII/Lusitana 4 e 10), sem dúvida as formas dominantes. Contudo, parece ter havido também fabrico de contentores do tipo; Keay 78 (= Cardoso 91/Lusitana 8/Sado 1) – v. (Fernandez e Carvalho 1996 a, fig. 12, 21). Bem entendido, para lá do fabrico de materiais de construção e cerâmicas comuns.

Regista-se um diversificado hábito epigráfico com grande número de marcas impressas, exclusivamente associado à fase mais antiga da produção, como acontece em todos as restantes olarias lusitanas conhecidas (Fabião e Guerra n.p.).

As áreas já sondadas permitiram a identificação de uma zona de produção cerâmica, de uma área habitacional e de uma necrópole, que funcionou, pelo menos, na fase mais tardia. A diversidade funcional destes espaços afigura-se interessante para uma caracterização do sítio, aproximando-o de sítios como o Porto dos Cacos (v. *supra*). Mas, deve reconhecer-se que muito haverá ainda a fazer para que se possam valorizar devidamente estas informações. Em face do conhecido em outras olarias do Sado com análoga longevidade (v. *infra*), resulta insólita a escassa variedade formal aqui documentada. Contudo, não é de excluir a hipótese de se tratar de uma situação meramente fortuita, resultante da natureza das áreas sondadas – também no Porto dos Cacos, o panorama das produções foi-se modificando à medida que se foram escavando mais áreas.

3.3.2.- Largo da Misericórdia (Setúbal):
CNS 1330
UTM: M 509616 P 4264134 (fig. 7. 6).
No decurso de uma intervenção arqueológica de emergência, foram escavados dois fornos romanos no actual Largo da Misericórdia, na cidade de Setúbal. Trata-se de dois fornos montados em bateria, de planta circular, com cerca de 3.5 m. de diâmetro externo, canal central e grelha sustentada por arcos paralelos entre si, enquadrados por uma estrutura rectangular (Silva 1996, 44-46 e fig. 3) .

A cronologia da sua construção e uso situa-se entre o reinado de Tibério e o de Cláudio, tendo pois uma vida efémera. Aparentemente, a área onde este centro oleiro funcionou foi convertida, na segunda metade do séc. I d.C., em espaço de produção de preparados de peixe, com unidades identificadas na Travessa Frei Gaspar, próximo da zona da antiga olaria

(Silva 1996). As únicas produções documentadas são ânforas formalmente análogas à Classe 20/21 (= Dressel 14/Beltrán IVb), de menores dimensões, com característicos bocais moldurados que parecem constituir um dos mais significativos elementos identificadores desta mais antiga fase da produção, como se verifica em outros centros oleiros do baixo Sado, ou no Morraçal da Ajuda, em Peniche (v. *supra*); foram ainda recolhidos testos cerâmicos (Silva 1996, 47-8 e fig. 4). Esta variante, classificada como Dressel 14b1 pelo autor da escavação (Silva 1996, 50) poderá corresponder à forma que Dias Diogo classificou como Lusitana 12 (fig. 6), na sua proposta tipológica (Diogo [1991], 1987, 182 e fig. 8), embora se não possa considerar absolutamente claro que assim seja.

Como o centro oleiro se encontra na actual área urbana de Setúbal, não se afigura fácil determinar qual poderia ser o contexto geral em que funcionaria. Contudo, o conhecimento de várias unidades de produção de preparados de peixe, instalados e a produzir durante a segunda metade do séc. I d.C., sugere que a actividade oleira teria sido retirada do local em época relativamente precoce, em favor da instalação de um numeroso conjunto de unidades de transformação de pescado. Parece razoável supor que a actividade oleira se transferiu para outras paragens, como adiante comentarei.

3.3.3.- Quinta da Alegria (Setúbal):
CNS 19494
UTM: M 512225 P 4263059 (fig. 7. 7)
O centro oleiro da Quinta da Alegria situava-se numa área suburbana de Setúbal e foi destruído por um complexo industrial. Tudo o que dele sabemos resulta de informações fornecidas por quem terá assistido à destruição e um acervo de materiais, recolhido sem critérios arqueológicos. Apesar de tudo, pode considerar-se minimamente documentado.

Para além das notícias sobre fornos, cujas dimensões e estrutura desconhecemos, pelas razões mencionadas, recolheram-se ânforas da Classe 20/21 (= Dressel 14/Beltrán IVb/Lusitana 2), não se registando qualquer exemplar com bocal de morfologia antiga; Keay XVI (= Lusitana 5); Classe 22 (= Almagro 50/Keay XXII/Lusitana 6); Keay 78 (= Cardoso 91/Lusitana 8/Sado 1); Classe 23 (= Almagro 51c/Keay XXIII/Lusitana 4 e 10); Almagro 51 a-b (= Keay XIX – XXI/Lusitana 7) e, provavelmente, do tipo Lusitana 3 (Coelho-Soares e Silva 1979, Est. IV, nº 30). Em suma, pelo conjunto documentado, é possível afirmar que o complexo terá laborado durante um extenso lapso de tempo, desde o século I d.C. até ao Baixo Império, fabricando diversos tipos de ânforas, segundo um padrão análogo ao verificado em outros centros oleiros de ampla diacronia do baixo Sado (Coelho-Soares e Silva 1979), como haverá oportunidade de comentar.

Provavelmente, o elemento mais interessante é o da ausência da forma típica da olaria do Largo da Misericórdia. Assim, resulta tentador pensar que a Quinta da Alegria teria iniciado a sua actividade, na sequência do encerramento do complexo do Largo da Misericórdia, quando este local se converteu em área de produção de preparados de peixe. Contudo, o facto de estarmos a lidar com um conjunto truncado, recolhido em condições não controladas, e com critérios não arqueológicos limita bastante o alcance desta observação.

Pelas mesmas razões, não é possível saber em que contexto social e económico funcionaria o centro oleiro.

3.3.4. Pinheiro (Alcácer do Sal):
CNS 43
UTM: M 524957 P 4259181 (fig. 7. 8)
O grande centro oleiro da Herdade do Pinheiro era de há muito conhecido, sobretudo pelos fornos descobertos e parcialmente destruídos na década de 50 do século XX e divulgados posteriormente (Almeida, Zbyszewski e Ferreira 1971). Recentemente, realizaram-se extensas escavações no local, que permitiram traçar com clareza a diacronia do seu funcionamento, ainda que não tenha sido possível investigar estratos conservados de todas as épocas de laboração (Mayet e Silva 1998). Trata-se de um grande complexo que terá funcionado desde um momento precoce do século I d.C. (com materiais identificados, embora fora do seu contexto primário), até à Antiguidade Tardia. Fabricou ânforas de diversos tipos, opérculos para as mesmas, e outras cerâmicas (comum, materiais de construção), pela diversidade das suas produções anfóricas e pela longevidade do seu funcionamento, o complexo do Pinheiro terá sido dos mais importantes de todo o baixo Sado.

Como se disse, da fase inicial, quando fabricou ânforas de morfologias antigas com os típicos bocais com lábios em forma de fita, apenas se identificou um nível estratigráfico, sem estruturas associadas (Mayet e Silva 1998, 56). Da fase imediatamente subsequente, datável de entre os meados do séc. I e os fins do séc. II, seriam os dois grandes fornos, instalados em bateria, revelados desde os anos 70 do século XX, aos quais se associa um pequeno forno rectangular que cozeu opérculos cerâmicos. Regista-se, ainda a presença de um grande edifício, interpretado como uma cozinha colectiva e ainda um forno rectangular de maiores dimensões que terá servido para fabricar materiais de construção. Nesta fase, para além dos materiais de construção e cerâmicas comuns, o complexo produziu ânforas da Classe 20/21 (= Dressel 14/Beltrán IVb/Lusitana 2), com uma apreciável variedade morfológica (fig. 10, parte superior).

No período compreendido entre os fins do séc. II e os inícios do III d.C. o centro oleiro do Pinheiro regista um notório abrandamento da sua laboração, embora tenha continuado a produzir ânforas, designadamente uma variante menor, dita tardia, de Dressel 14 e aquilo a que os autores chamam a primeira variante de forma Almagro 51c, que mais não é do que a forma Lusitana 3, da tipologia de Dias Diogo (fig. 10, parte inferior), e ainda uma forma, também de fundo plano, com fortes afinidades com a forma Dressel 28 (Mayet e Silva 1998). Em suma, nada de muito distinto do que se observa em outros locais, designadamente o Porto dos Cacos, na área do Tejo, (v. *supra*) e outros do baixo Sado (v. *infra*). Não deixa de ser interessante, contudo, registar a coincidência entre esta fase de crise na olaria e análogas perturbações documentadas no grande centro produtor de

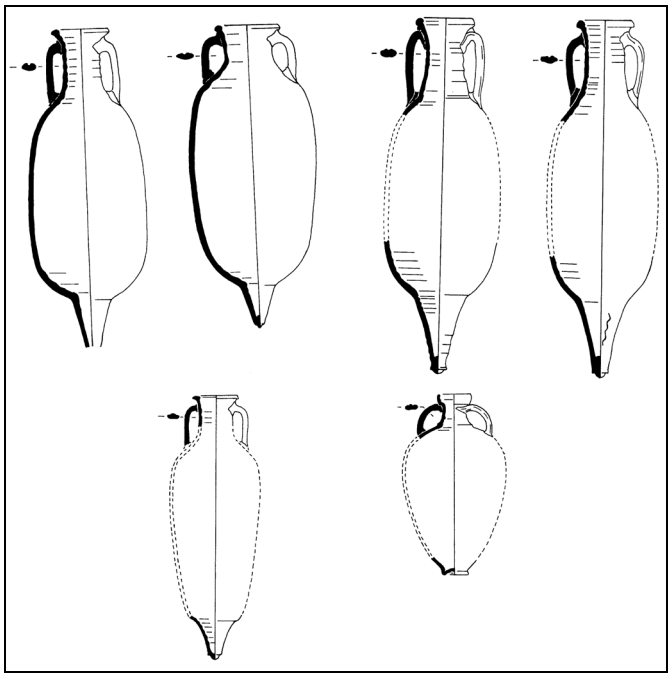

Figura 10.- As formas de ânforas da primeira fase da produção do centro oleiro de Pinheiro, Alcácer do Sal (Mayet e Silva 1998).

preparados de peixe de Tróia (Étienne, Makaroun e Mayet 1994; Mayet e Silva 1998); recorde-se que coincide também com o momento em que desaparecem as produções lusitanas da estratigrafia de Ostia (Panella 1972). Mais adiante voltarei a este tema.

Na segunda metade do séc. III, o complexo parece ganhar de novo vitalidade com a produção de novas formas de ânforas, como a Keay XVI (= Lusitana 5), a Keay 78 (= Cardoso 91/Lusitana 8), que os autores da escavação designam como Sado 1, e a Classe 23 (= Almagro 51c/Keay XXIII/Lusitana 4), na sua forma bojuda e de maior dimensão. Parece remontar também a este período o início da produção da forma Lusitana 9, que todavia só identificam como ânfora em fases mais tardias (fig. 11).

No séc. IV o complexo vive um novo momento de apogeu. Novos fornos se instalaram, ainda que com características morfológicas análogas aos mais antigos, planta circular, canal central e arcos perpendiculares ao eixo maior e paralelos entre si. No entanto, já não parecem organizar-se em bateria, mas antes de um modo disperso, numa ampla área. Nesta época a produção inclui as ânforas das formas Classe 23 (= Almagro 51c/Keay XXIII/Lusitana 10), na sua variante menor e mais alongada ; Classe 22 (= Almagro 50/Keay XXII/Lusitana 6); Almagro 51 a-b (= Keay XIX – XXI/Lusitana 7), a forma Lusitana 9 está também presente, embora, uma vez mais, apareça descrita no capítulo das cerâmicas comuns (fig. 11). Nos meados do séc. V o centro oleiro está ainda em actividade, registando-se alguma continuidade dos fabricos tardios e, sobretudo, um panorama que parece incluir novas morfologias, designadamente aquilo a que chamam a forma Sado 2, que mais não é do que a Lusitana 9, já claramente presente no registo estratigráfico das fases anteriores, e uma nova forma tardia que designam

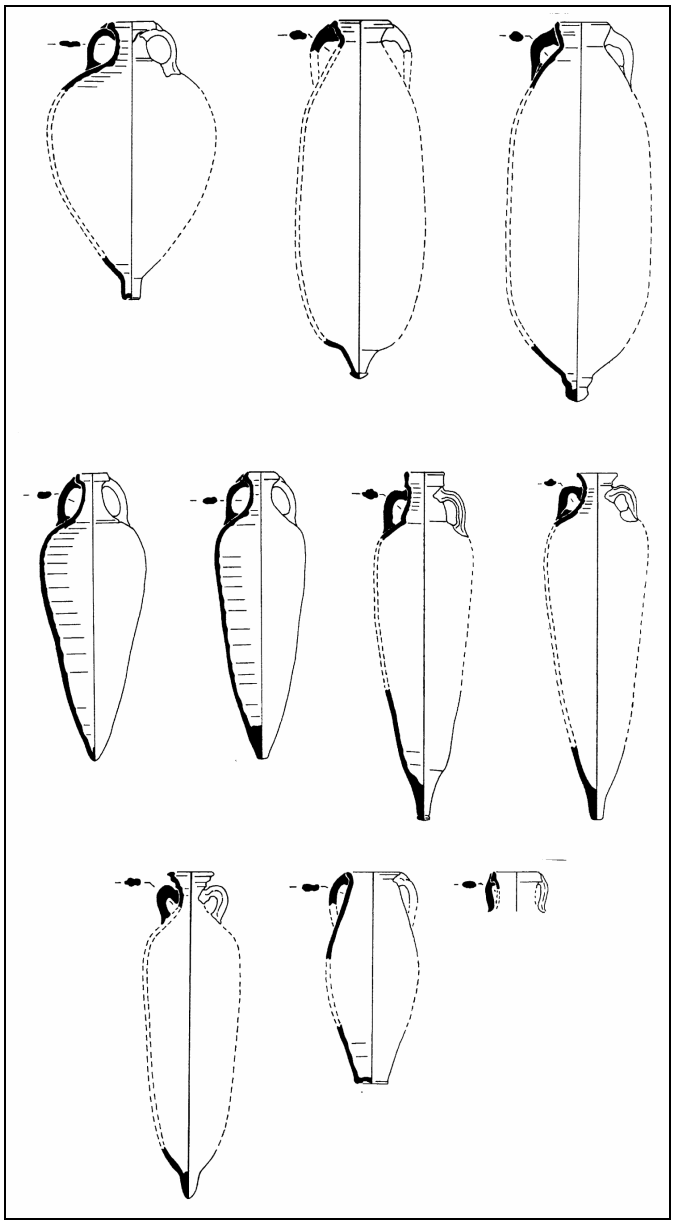

Figura 11.- As produções da fase tardia do centro oleiro de Pinheiro, Alcácer do Sal (Mayet e Silva 1998).

como Sado 3, de difícil caracterização morfológica, sobretudo por não se ter obtido nenhum exemplar que possibilitasse a reconstituição integral da forma (Mayet y Silva 1998) – fig. 11.

Na interpretação que fazem do contexto produtivo do grande complexo oleiro do Pinheiro, os autores defendem que, numa primeira fase, datável dos séculos I e II, o local seria frequentado sazonalmente pelos oleiros. Fundamentam a sua afirmação no facto do edifício interpretado como cozinha colectiva não apresentar um cunho residencial, mas também por se não terem encontrado muitos materiais cerâmicos, para além dos fabricados na própria olaria. Já no Baixo Império, parece registar-se uma utilização diferente, por se terem recolhido mais materiais exóticos, entre os quais avultam as cerâmicas finas. No entanto, não encontraram qualquer construção desta época, para lá das que se destinavam a cozer cerâmicas.

Ficou, todavia, por esclarecer se existia (ou não) uma necrópole no local, uma informação publicada na notícia explicativa da Carta Geológica da região (Zbyszewski, Antunes, Ferreira e Carvalhosa 1976, 57). A existência da necrópole e a sua cronologia constituiriam elementos relevantes para uma interpretação do quadro social e económico do funcionamento da olaria.

3.3.5.- Abul (Alcácer do Sal):
CNS 2924
UTM: M 527903 P 4253605 (fig. 7. 10).
As notícias sobre o grande complexo de Abul remontam aos anos 70 do século XX, quando foi dada à estampa a notícia sobre o Pinheiro (Almeida, Zbyszewski e Ferreira 1971). Estes autores, na resenha que fizeram dos fornos romanos conhecidos no espaço hoje português, referiram-se a: *"(...) mais dois*[fornos] *na Herdade do Monte Novo a caminho do Monte da Abula. Nesta última localidade há uma colina juncada de restos de cerâmica para construção, lusitano-romanos. Tratar-se-á de mais um forno ainda enterrado?"* (Almeida, Zbyszewski e Ferreira 1971, 159). A partir de então, o local passou a constar obrigatoriamente em qualquer notícia sobre a produção oleira do baixo Sado; no entanto, só recentemente ali se realizaram escavações, que vieram revelar um local mais complexo do que se supunha (Mayet e Silva 2002). Naturalmente, não interessa aqui tratar das ocupações pré-romanas, a não ser para sublinhar que não existe qualquer continuidade entre as ditas e a fase em que no local se instalou um centro oleiro romano.

De um ponto de vista espacial, os autores da escavação identificaram uma ocupação de época romana, instalada junto de construções orientalizantes, logo no primeiro terço do séc. I d.C. (Abul A). O centro oleiro propriamente dito terá começado a laborar na época de Cláudio, fabricando cerâmica comum, de paredes finas, pesos, etc.; regista-se igualmente a produção de ânforas (e respectivos opérculos), com apreciável variedade formal, ao nível dos detalhes, parecendo retirar a sua inspiração de modelos peninsulares meridionais – uma vez mais, as formas Haltern 70 e Dressel 7-11 parecem ter sido as principais referências para os oleiros de Abul (Mayet e Silva 2002, 30-31 e figs. 15-16) – fig. 12. Parece evidente a analogia com a situação documentada no Morraçal da Ajuda, Peniche, pelo menos até onde nos é dado conhecer, onde também no mesmo âmbito cronológico se instalou um centro oleiro fabricando uma grande variedade de categorias cerâmicas, entre as quais ânforas, nitidamente inspiradas em modelos béticos (v. *supra*).

Nos meados do século I d.C. foi instalada uma bateria de cinco fornos cerâmicos de planta circular, com canal central, grelha suportada por arcos paralelos entre si e perpendiculares ao eixo central do forno, com uma parede de fachada comum (Mayet e Silva 2002, 57 e fig. 22). Esta fachada teria um alpendre suportado por pilares, afinal, uma organização análoga à entrevista no sítio da Garrocheira, Benavente, mas só aqui plenamente compreendida (fig 3).

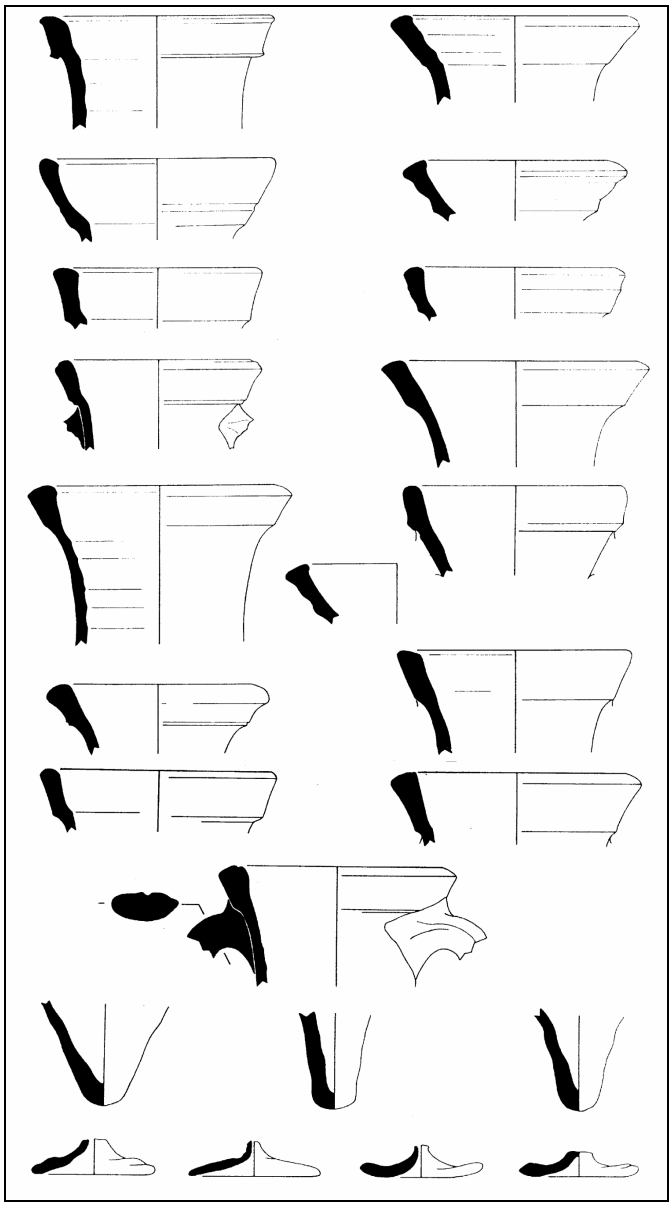

Figura 12.- As mais antigas ânforas fabricadas no centro oleiro de Abul, Alcácer do Sal, (Mayet e Silva 2002).

No que diz respeito às ânforas fabricadas, o padrão de Abul não é muito distinto do identificado no Pinheiro. Para lá da fase inicial, aquilo a que os autores da escavação chamaram a fase de ensaio para a criação de um novo tipo de ânfora (também documentado no Pinheiro, diga-se, ainda que com menor expressão), há uma primeira fase, dos meados do séc. I aos fins do II, em que a produção é dominada pelas ânforas da Classe 20/21 (= Dressel 14/Beltrán IVb/Lusitana 2), com alguma variedade morfológica (Mayet e Silva 2002). Toda a bateria de fornos terá funcionado durante este período, excepto o forno nº 1, convertido em forno de cal (Mayet e Silva 2002, 80). No período entre os fins do séc. II e os inícios do III d.C., uma vez mais, regista-se um abrandamento da laboração, com a diversificação da produção, seguida de uma retoma, que parece ter durado até aos meados do séc. III, época em que o local foi abandonado, devido a causas relacionadas com a alteração do nível médio das águas do Sado. Nas suas proximidades terá surgido então

Abul D, que terá funcionado, fabricando igualmente ânforas, durante os séculos IV e V (Mayet e Silva 2002, 87).

À semelhança do verificado no Pinheiro, produziram-se aqui contentores das seguintes morfologias: a Classe 20/21 (= Dressel 14/Beltrán IVb/Lusitana 2), quer nas suas formas mais precoces, com lábio em fita, quer nas mais canónicas; bem como a variante menor, dita tardia; aquilo a que os autores chamam a variante *a* da forma Almagro 51c, que corresponde à forma Lusitana 3, como já comentei; a Keay XVI (= Lusitana 5), a Keay 78 (= Cardoso 91/Lusitana 8), designada Sado 1; e a Classe 23 (= Almagro 51c/Keay XXIII/Lusitana 4), na sua variante mais ampla. Assinale-se que, também aqui, em pleno séc. III o centro oleiro fabrica a forma Lusitana 9, impropriamente classificada como cerâmica comum (Mayet e Silva 2002, 184 e Figs. 117-119). Bem entendido, para lá das produções iniciais de morfologia ainda mal definida.

Foi também escavada uma estrutura de armazém, que terá acompanhado toda a vida do centro oleiro, ainda que não tenha sido possível determinar o momento preciso da sua construção (Mayet e Silva 2002, 82).

Embora não seja fácil enquadrar o centro oleiro no contexto do povoamento romano do baixo Sado, há vários elementos relevantes a reter. Em primeiro lugar, a abundância de materiais importados, documentada na primeira fase da ocupação do sítio (*sigillata* itálica, "paredes finas" e cerâmicas oriundas da *Baetica*), esclarece cabalmente sobre o carácter romano do arranque da actividade oleira, sugerindo mesmo que se trataria de uma actividade relacionada com elites (entenda-se, a propriedade da *figlina*). Um segundo aspecto interessante, é justamente a enorme similitude com a história do vizinho complexo do Pinheiro, o que nos dá uma clara ideia de que há uma dinâmica comum a vários dos centros oleiros sadinos, se não mesmo lusitanos, em sentido lato, uma vez que no Morraçal da Ajuda e em lugares do baixo Tejo se observam óbvias semelhanças em todo o processo. Finalmente, o abandono da Abul A, por razões ecológicas e a sua possível substituição por Abul D (que, sublinhe-se, não foi objecto de escavações), alerta-nos, a um tempo: para a importância que os fenómenos naturais poderão ter para a história concreta de cada local, cujas dinâmicas de utilização se poderiam explicar em outros quadros, que não os meramente económicos; e para a necessidade de proceder com redobradas cautelas na hora de interpretar a contabilidade dos centros oleiros das distintas regiões, já que alguns poderão ter desaparecido em virtude de micro transformações ecológicas, imperceptíveis a uma escala mais ampla, conhecendo continuidades em paragens próximas, mas imunes a estes microfenómenos.

3.3.6.- Xarrouqueira/Enchurrasqueira e Vale da Cepa (Alcácer do Sal):
CNS 7705
UTM: M 537001 P 4254096 (fig. 7.9).
Em uma extensa área na margem esquerda do rio Sado são visíveis grandes acumulações de fragmentos cerâmicos que poderão corresponder, de facto, a diferentes centros oleiros, relativamente próximos. Embora o local esteja referenciado já desde o século XIX (Baptista 1896), é possível que se tenha perdido o conhecimento da sua localização, por não constar o topónimo original nas cartas militares de Portugal. Tal facto explicará a ausência de qualquer menção no artigo dos autores que deram a primeira notícia sobre os fornos do Pinheiro (Almeida, Zbyszewski e Ferreira 1971). Foi AM. D. Diogo quem de novo identificou o local, dando então notícia também do suposto complexo de Vale da Cepa, nas suas imediações (Diogo 1983). Nunca ali foram realizadas escavações, pelo que toda a informação resulta de recolhas superficiais aleatórias, facto que nos impede de saber exactamente qual a natureza dos locais, bem como o que pertencerá a quê. Por estas razões, parece-nos mais razoável agrupar realidades que têm sido distribuídas por sítios designados como "Enchurrasqueira", por vezes subdividido em I e II, topónimo manifestamente incorrecto e que urge rectificar na bibliografia arqueológica, para recuperar o original, Xarrouqueira (Fabião 1997a), e Vale da Cepa, relativamente próximo, a montante (Diogo *et alii* 1984), à semelhança, diga-se, do que foi proposto por outros autores (Mayet, Schmitt e Silva 1996).

Pelos materiais publicados e pelo impressionante acervo de fragmentos cerâmicos existente no local, tratar-se-á de um ou mais complexos oleiros que terá/terão laborado desde o séc. I até épocas mais tardias, pelo menos até ao séc. III d.C. (Mayet, Schmitt y Silva 1996, 48), parecendo o Vale da Cepa o mais longevo (Diogo *et alii* 1984, 6) se é que se trata de facto de complexos diferentes.

Em sítios com estas características, resulta arriscado querer listar com carácter sistemático as produções. Parece evidente, porém, que no local se terão fabricado, pelo menos, ânforas, com as formas conhecidas em outros locais do vale do Sado, e cerâmicas comuns. Não se registam exemplares com lábios em forma de fita, tidos como representativos das mais antigas variantes formais das ânforas do Sado.

3.3.7.- Bugio (Alcácer do Sal):
CNS 7677
UTM: M 540436 P 4250230 (fig. 7. 11)
Nas proximidades de Alcácer do Sal, no sítio de Monte do Bugio, a construção da linha de caminho de ferro destruiu parcialmente dois fornos. Dias Diogo assinalou a sua presença e recolheu informações sobre a existência de um terceiro forno, também ele destruído por uma vala de rega dos arrozais sadinos (Diogo 1980, 149-150). Posteriormente foram dadas notícias de um outro forno, normalmente designado como "forno 4". Em prospecções recentes, foram identificados vários locais com vestígios arqueológicos nas margens do Sado, mas nem todos serão de época romana (Mayet, Schmitt e Silva 1996, 39).
O centro oleiro romano que existiu ali parece ter produzido sobretudo material de construção, embora se documente também o fabrico de ânforas da Classe 20/21 (= Dressel 14/Beltrán IVb/Lusitana 2). Por nunca se terem recolhido materiais mais tardios, supõe-se que o local terá funcionado somente nos sécs. I e II d.C (Mayet, Schmitt e Silva 1996, 39).

3.3.8.- Barrosinha (Alcácer do Sal):
CNS 220
UTM: M 545178 P 4245364 (fig. 7. 12).
Na Herdade da Barrosinha, junto de Alcácer do Sal, localiza-se um dos centros oleiros mais conhecidos da bacia do Sado. O local aparece mencionado desde o século XIX (Baptista 1896), sendo mesmo conhecida uma marca impressa sobre asa de ânfora (Vasconcellos 1898a), pelo que existe um abundante acervo de materiais publicado, mesmo sem nunca se terem realizado escavações arqueológicas. As observações feitas (Mayet, Schmitt e Silva 1996, 37-38) apontam para a existência de dois núcleos distintos, frequentemente referidos como I e II (Diogo, Faria e Ferreira 1987), embora não seja claro se efectivamente correspondem a realidades diferentes. Um dos fornos visíveis encontra-se parcialmente submerso pelas águas do Sado, facto que poderá explicar as razões do seu abandono, tendo em atenção o verificado em Abul A.

Pela informação disponível, parece bem estabelecido que o local fabricou ânforas, cerâmica comum e materiais de construção, somente nos sécs. I e II d.C., tal como o complexo do Bugio. Atendendo a que nunca houve escavações no local, resulta aventuroso pretender uma melhor caracterização do sítio.

3.4. - O Algarve (figs. 1 D, 2, 13 e 14).
Como em outro local já referi, a região do Algarve constitui uma singularidade, no contexto da arqueologia portuguesa (Fabião 1994 b). Pela história das investigações, dispomos de uma massa de informação de extensão invulgar, o que confere a ilusória ideia de um conhecimento aprofundado que, na realidade, não existe. De facto, o que sabemos da dinâmica do povoamento local em época romana resume-se a pouco mais de uma lista de sítios, nem sempre bem caracterizados e, sobretudo, mal datados – os reconhecimentos do século XIX contentavam-se com a atribuição à época romana deste ou daquele local, o que é manifestamente insuficiente. Não deverá, por isso mesmo, constituir surpresa o facto de se apresentar aqui mais uma lista de interrogações, do que propriamente um panorama análogo ao esboçado para os vales do Tejo e Sado.

A informação disponível oscila entre os dados de recolha antiga, reavaliados e reinterpretados, como em S. Bartolomeu de Castro Marim, Torre de Aires ou S. João da Venda, com todas as limitações que impõem dados desta natureza; e o produto de intervenções recentes de emergência, nem sempre extensamente publicados. Por razões de ordem prática, as considerações aqui avançadas tendem a considerar globalmente a região Algarve, quando na realidade o que haverá a estudar futuramente será antes a complexidade de situações e dinâmicas, entendidas numa perspectiva micro-regional, que a insuficiência de dados não possibilita ainda. Por isso, se faz sentido falar genericamente de uma importante dinâmica produtiva no Baixo-Império, notada praticamente em toda esta região (como em outras da *Lusitania*), não parecerá absolutamente correcto misturar a situação do baixo Guadiana, com a mais ocidental do Martinhal. No primeiro caso, o centro oleiro de Olhos de S. Bartolomeu de Castro Marim, funcionou, de facto, em época tardia, mas também com fortes probabilidades em épocas mais antigas (fig. 5), ao que tudo indica, servindo unidades de produção de preparados de peixe e (eventualmente) outras realidades, localizados nas margens daquele rio (observe-se a sua localização na fig. 7, nº 18); isto é, poderá corresponder a uma situação análoga (ou, no mínimo, não muito distinta) da conhecida para os vales do Tejo e Sado. Já o grande centro oleiro da Ponta de Sagres, instalado junto à praia (fig. 2), parece pertencer a uma outra lógica de produção e distribuição, onde a difusão por via marítima (atente-se na sua localização, fig. 7. 13), com a finalidade de abastecer de contentores os núcleos de transformação do pescado existentes na área, desde o próximo ilhéu da Baleeira até à Boca do Rio (Alves 1997), Praia da Luz (Parreira 1997) ou mesmo aos que se identificaram no subsolo da actual cidade de Lagos – aqui foi recentemente escavada uma unidade de produção de preparados de peixe por Cristina Ramos e Rui Almeida, com interessantes resultados, sobretudo para a época tardia (agradeço a ambos as informações que me forneceram).

Acrescente-se que, estou convicto, muito mais haverá por identificar neste complexo mundo de exploração de recursos marinhos do actual Algarve português, ainda que se não deva esquecer o que poderá estar já irremediavelmente perdido pela desenfreada urbanização do litoral, intensificada nos últimos trinta anos, ou pelos fenómenos geomorfológicos de assoreamento de antigas barras fluviais e pelo recuo das arribas (uma vez mais, veja-se a expressiva imagem da fig. 2).

Finalmente, não se estranhe a ausência de um comentário às ânforas pertencentes às categorias Keay XVI e Beltrán 72, com um importante hábito epigráfico, durante muitos anos consideradas como produções desta região, inclusivamente pelo autor destas linhas (Pereira 1974-1977; Fabião 1994a e 1994b). De facto, como em outro local já procurei demonstrar, tudo indica que tais ânforas constituem produções tardias da área da baía gaditana (Fabião 1997b e 2000) e, inclusivamente, por meios distintos, outros autores têm defendido a mesma ideia (Mayet, Schmitt e Silva 1996).

Penso, pois, que tal assunto se poderá considerar definitivamente encerrado, com a exclusão de tais ânforas do conjunto das produções lusitanas.

3.4.1.- Martinhal/Murtinhal/Ponta de Sagres (Vila do Bispo):
CNS 2482
UTM: M 506865 P 4097476 (fig. 7. 13).
As primeiras notícias sobre vestígios romanos no local devem-se a Estácio da Veiga e foram registadas no âmbito do levantamento da *Carta Archeologica do Algarve* (Veiga 1910). Como aconteceu com as informações relativas à época romana deste projecto, só foram divulgadas posteriormente, com a suposta interpretação como forno cerâmico de uma cisterna existente no local (Santos 1971-72,

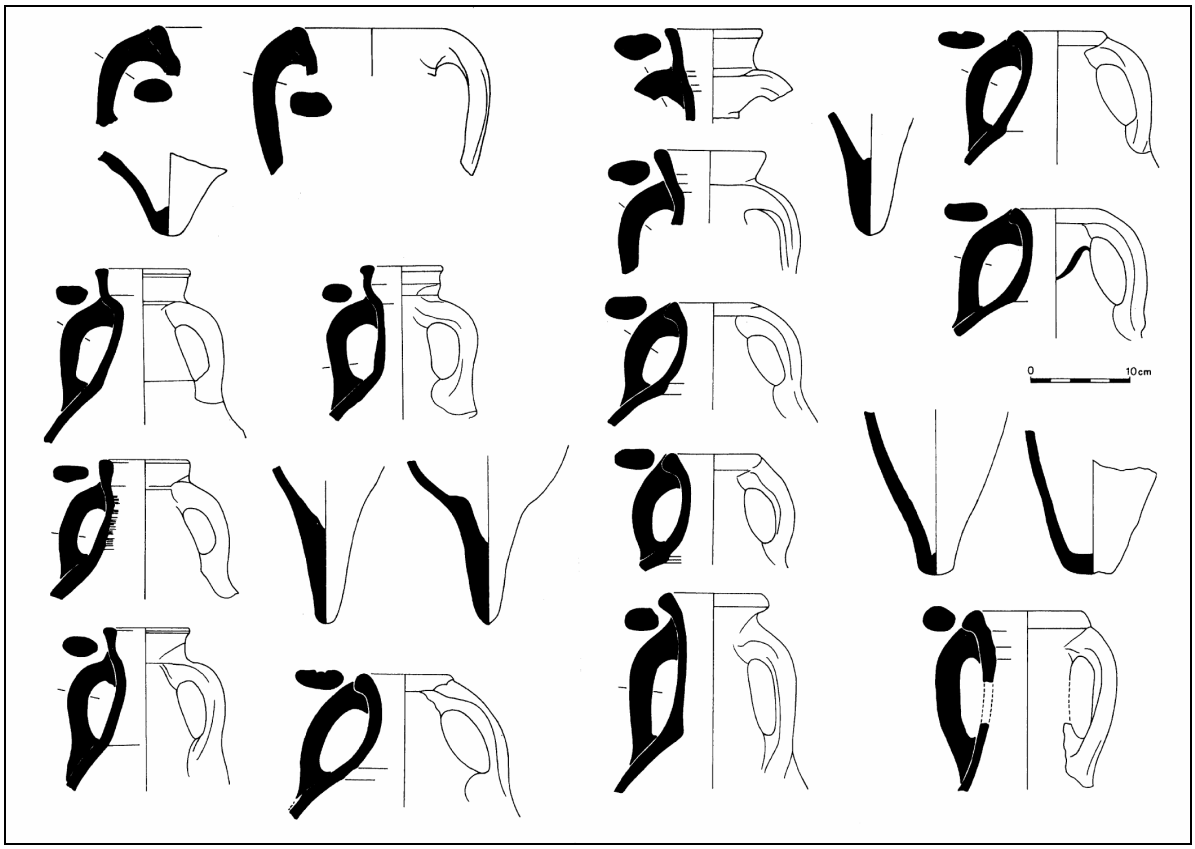

Figura 13.- As ânforas produzidas no centro oleiro de Martinhal, Vila do Bispo (Silva, Coelho-Soares e Correia 1990).

70-1). Terá sido o recuo da arriba que acabou por pôr à vista de uma forma mais clara os fornos, o que explica uma primeira referência concreta no artigo de F. de Almeida, Zbyszewski e Ferreira, embora não resulte claro se os autores se referem a um ou mais centros oleiros na região – *"Por indicação do nosso camarada de trabalho, Elias Cação Ribeiro, existe em Sagres, mesmo na ponta, um forno redondo descoberto por ele(...) No vizinho Murtinhal* (sic) *há também restos de uma fornax"* (Almeida, Zbyszewski e Ferreira 1971, 159).

A continuação do recuo da arriba conduziu a uma intervenção de emergência, realizada na década de 80 do século XX (Silva, Coelho-Soares e Correia 1990). Escavaram-se, então, três fornos e foi identificado um quarto, que não chegou a ser estudado. Um dos fornos, o nº 1, encontrava-se muito degradado e não parece fácil perceber qual teria sido a sua estrutura, ou mesmo se teria servido, de facto, para cozer cerâmica (Silva, Coelho-Soares e Correia 1990, 226-227 e fig. 66). Dos restantes, só foi integralmente escavado o nº 2, parcialmente o 3 e reconhecido o nº 4. Parecem, todavia, corresponder a um mesmo modelo, de planta piriforme, com canal central, e quatro arcos sustentando a grelha (Silva, Coelho-Soares e Correia 1990, fig. 68). Os fornos poderiam estar agrupados em pares, é pelo menos o que sucede com os nº 2 e 3, o mesmo se poderá supor para o 4, sendo admissível que existisse um outro junto dele.

Os problemas decorrentes do recuo da arriba não estão resolvidos e é notória a progressão do mesmo. Pode observar-se hoje, na praia do Martinhal uma apreciável extensão de vestígios de época romana, com um conjunto de, pelo menos, oito fornos e abundantes entulheiras (fig. 2). Trata-se, pois, de um centro oleiro de grande dimensão, o maior presentemente conhecido na zona do Algarve. Localiza-se numa região onde são abundantes os vestígios de cetárias (Fabião 1994b e 2000), pelo que é legítimo supor que teria abastecido diferentes centros produtores de preparados de peixe, instalados ao longo da costa.

A escavação possibilitou uma boa caracterização da produção e cronologia de laboração deste grande complexo oleiro. As principais formas produzidas terão sido: Classe 22 (= Almagro 50/Keay XXII/Lusitana 6); Classe 23 (= Almagro 51c/Keay XXIII/Lusitana 4 e 10); Almagro 51 a-b (= Keay XIX – XXI/Lusitana 7) e ainda algumas formas tardias de difícil caracterização, que os autores da escavação consideram enquadráveis na forma 65 A de Miguel Beltrán (Silva, Coelho-Soares e Correia 1990) – v. fig. 13. A publicação é omissa quanto à possibilidade de outro tipo de cerâmicas ali ter sido igualmente fabricada.

O complexo terá funcionado seguramente durante os séculos IV e V, eventualmente até um período mais recente, como em outro local já comentei (Fabião 1996 a). Não será de excluir a hipótese de ter sido instalado ainda no século III, mas parece de todo afastada a possibilidade de fazer recuar mais a cronologia da sua fundação.

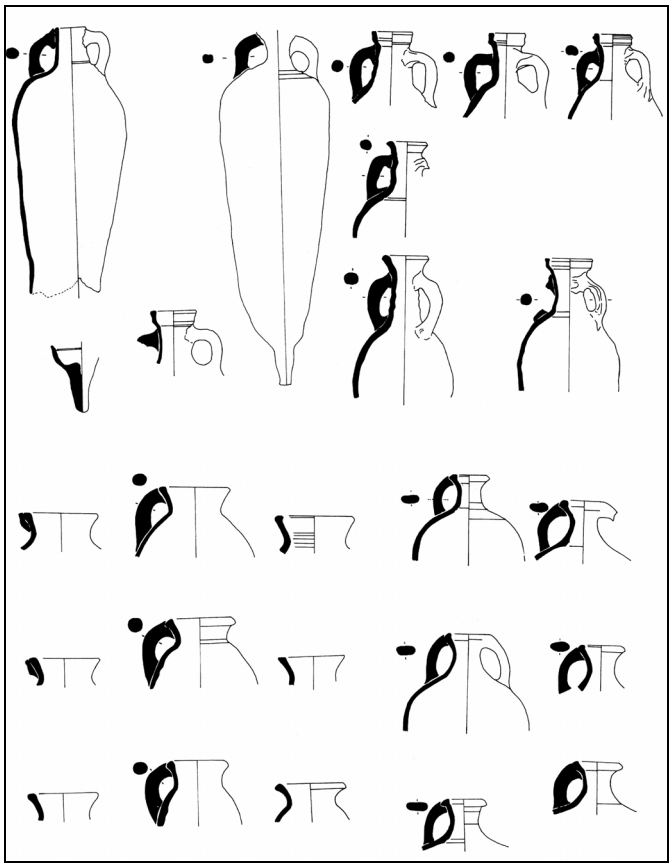

Figura 14.- As ânforas dos centros oleiros de S. João da Venda (em cima) e Quinta do Lago (em baixo), ambos de Loulé (Fabião e Arruda 1990; Arruda e Fabião 1990).

3.4.2.- Quinta do Lago (Loulé):
CNS 4119
UTM: M 588327 P 4098569 (fig. 7. 14).
O sítio arqueológico da Quinta do Lago (Loulé) foi identificado por investigadores da UNIARQ em 1984 e ali foi realizada uma escavação de emergência (Arruda e Fabião 1990, 199). Os trabalhos revelaram uma longa diacronia de ocupação, que se estende durante toda a época romana e o período islâmico, ainda que de modo descontínuo.

Do período romano há a registar a identificação de uma unidade de produção de preparados de peixe à qual estaria associada uma olaria. Embora não tenham sido escavados os fornos, por se não localizarem em áreas abrangidas pela intervenção de emergência a sua existência é incontroversa, quer pela grande abundância de fragmentos de ânforas com as mesmas características de fabrico, quer pela identificação de suportes cerâmicos (incorrectamente classificados na primeira publicação), de um tipo muito frequente nos centros oleiros tardios da *Lusitania*, quer sobretudo pela recolha de inúmeros elementos recozidos e vitrificados, por vezes amalgamados em grandes blocos (Arruda e Fabião 1990).

Embora o local tenha conhecido uma extensa ocupação, desde o séc. I ao V d.C., a produção de ânforas está somente documentada em fase tardia, facto que suscita algumas interrogações de que já dei conta em outro local (Fabião 2000). Na Quinta do Lago fabricaram-se ânforas das Classes 23 (= Almagro 51c/Keay XXIII), em grande quantidade, e também da Classe 22 (= Almagro 50/Keay XXII), em menor número (Arruda e Fabião 1990) – fig. 14, parte inferior. Tudo indica, pois, que o centro oleiro, cuja dimensão desconhecemos, tenha laborado sobretudo nos séculos IV e V d.C., não tendo sido possível apurar se terá fabricado outro tipo de cerâmicas.

Contrariamente ao observado no Martinhal, afigura-se plausível supor a existência de uma relação directa entre o centro produtor de preparados de peixe e a olaria, com esta última, abastecendo de contentores a primeira.

3.4.3.- S. João da Venda (Loulé):
CNS 964
UTM: M 591179 P 4103744 (fig. 7. 15).
No lugar de S. João da Venda (Loulé) terá sido escavada, nos finais do século XIX, por A. dos Santos Rocha, o que deveria ser a entulheira de um forno cerâmico. No entanto, nem aquele investigador nem os seus contemporâneos de tal se terão dado conta. Durante cerca de um século esta informação permaneceu disponível, quer pelo relato das pesquisas, publicado por Santos Rocha (Rocha 1895-1896 [1975]), quer pela amostra de materiais depositados por aquele investigador no Museu da Figueira da Foz. Somente no final da década de 80, quando procedia a uma reavaliação dos dados sobre a arqueologia romana do Algarve, me dei conta de que se trataria, de facto, de um relevante testemunho de uma antiga olaria (Fabião e Arruda 1990).

Os dados parecem claros. Santos Rocha verificou a existência de vestígios de época romana junto da aldeia de S. João da Venda, foi informado de que haveria "um forno" e de que teria sido observada uma camada de cinzas, soterrada, ainda que tenha interpretado esses dados de uma forma incorrecta (Rocha 1895-1896 [1975], 160-161). Na escavação propriamente dita, observou, nas suas palavras *"(...) verdadeiras pilhas de fragmentos de ânforas (...) basta dizer que em 4 a 5 metros quadrados de superfície, descendo a escavação até 1, 40 m e 1, 60 m aproximadamente, nós recolhemos o bastante para encher uma carroça (...) Abundavam grandes fragmentos, contendo a boca, colo, asas e a parte superior do bojo, mas os fundos não estavam em proporção (...) restos de ânforas que pareciam ter cobertura vítrea, devido talvez a circunstâncias especiais de cozedura (...)"* (Rocha 1895-1896 [1975], 160). Em suma, um conjunto suficiente de provas de que teria escavado uma entulheira cerâmica. Compreensivelmente para os padrões da época, *"Como não encontrava senão restos destes vasos, de* dolia *e de alguns outros difíceis de classificar, demos a exploração por finda* (Rocha 1895-1896 [1975], 160).

Do conjunto de mais de uma centena de exemplares identificados e lavados (Rocha 1895-1896 [1975], 161), somente uma pequena parte se conserva no Museu da Figueira da Foz, certamente por ter sido submetido a uma significa triagem –identificámos um total de quinze peças (Fabião y Arruda 1990). Trata-se de fragmentos de ânforas do tipo Almagro 51 a-b (= Keay XIX/XXI), entre os quais se encontra um fragmento de bico fundeiro recozido (Fabião e

Arruda 1990) – fig. 14, parte superior. O único fragmento da Classe 23 (= Almagro 51c/Keay XXIII) recolhido no local e depositado no Museu apresenta características de fabrico distintas não devendo, por isso mesmo, ser produção local (Fabião e Arruda 1990).

Naturalmente, estes dados são manifestamente escassos para uma correcta caracterização do centro oleiro que teria existido em S. João da Venda, mas são suficientes para permitir a afirmação de que o mesmo terá existido e produzido ânforas do tipo Almagro 51 a-b (= Keay XIX/XXI), funcionando entre os sécs. IV e V d.C., provavelmente mais nesta última centúria do que na anterior, a fazer fé nos dados fornecidos por outros sítios arqueológicos algarvios. Com as informações disponíveis afigura-se impossível avançar com qualquer proposta sobre a dimensão da olaria, bem como de interpretação do quadro social e económico do seu funcionamento

3.4.4.- Alfanxia, Moncarrapacho? (Olhão):
CNS 949
UTM: M 608981 P 4103107
No lugar de Alfanxia, Moncarrapacho (Olhão) foram identificados estruturas de fornos e mencionado o achado de ânforas tardias, designadamente do tipo Almagro 51 a-b (= Keay XIX/XXI) (Mascarenhas 1974). Mas, para além de nunca ter havido escavações no local, não é certo de que haja uma efectiva relação entre fornos e ânforas, pelo que deverá ser encarada com alguma reserva esta informação.

3.4.5.- Torre de Aires? (Tavira):
CNS 60
UTM: M 615912 P 4105070 (fig. 7.16)
No lugar da Quinta de Torre de Aires, Tavira, na área da antiga cidade romana de *Balsa*, foram realizadas escavações por Estácio da Veiga, no século XIX. Infelizmente, os resultados destes trabalhos permaneceram praticamente inéditos por muitas décadas. Somente na segunda metade do século XX foi publicada uma relação dos mesmos (Santos 1971-72) e o estudo do principal espólio só foi publicado ainda mais tarde (Nolen 1994). Entre os materiais recolhidos encontram-se vários fragmentos de ânforas tardias pertencentes à Classe 23 (Keay XXIII/Almagro 51c), com características análogas às fabricadas no Algarve (Fabião 1994a, 26 e 34; Fabião 2000, 727). Por si, estes fragmentos seriam insuficientes para comprovar uma qualquer produção local de contentores cerâmicos, embora sejam significativos os vestígios de cetárias na antiga área urbana. No entanto, um fragmento de ombro com arranque de asa, recolhido nas antigas escavações, encontra-se recozido e parcialmente vitrificado (Fabião 1994a e Fabião 2000, 727), o que torna difícil a suposição de que tenha servido de facto para transportar qualquer produto.

Naturalmente, um único fragmento é manifestamente insuficiente para que se possa falar com segurança numa produção local de ânforas. Mas o facto de se encontrar recozido sugere uma proveniência próxima. Por outro lado, a existência de numerosas unidades de fabrico de preparados de peixe conhecidos na zona da antiga cidade sugere um volume de produção destinado à exportação. Assim, torna-se verosímil aceitar que, algures nas imediações da cidade se tenham fabricado ânforas. Uma vez mais, registam-se somente vestígios de épocas tardias.

3.4.6.- Manta Rota (Vila Real de S. António):
CNS 798
UTM: M 631072 P 4114607 (fig. 7. 17).
Na aldeia da Manta Rota, Vila Real de S. António, assinalou José Leite de Vasconcellos a presença de um forno de cerâmica que chegou ao seu conhecimento no decurso de uma das suas *excursões arqueológicas* (Vasconcellos 1920, 229). Teria aparecido no ano de 1895 um *"forno de loiça"*, bem como fragmentos de ânforas e candeias. Remata a breve notícia sobre o sítio dizendo: *"(...) parece que ainda ficaram cousas enterradas"* (Vasconcellos 1920, 229). No Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, conservam-se vários fragmentos de bocais de ânforas da Classe 23 (= Keay XXIII/Almagro 51c) de características análogas, que deverão corresponder a amostras trazidas por Vasconcellos.

Há cerca de dez anos, em intervenção de emergência suscitada por obras de urbanização, foi escavado um forno no mesmo local da Manta Rota por Cristina Tété Garcia. Os resultados nunca foram publicados, mas Catarina Viegas, que se encontra a estudar o espólio recolhido, amavelmente comunicou-me que o mesmo se compõe sobretudo de ânforas da Classe 20-21 (= Dressel 14/Beltrán IVb).

Temos, pois, informações sobre dois possíveis fornos na mesma zona, a menos que se trate de um só complexo, já que não dispomos da localização precisa dos primeiros vestígios, que, fazendo fé no informador de Vasconcellos, se teriam conservado ainda enterrados. Mais complicada parece a articulação entre os dados recolhidos pelo fundador do Museu Nacional de Arqueologia e os obtidos na escavação recente: os primeiros apontam para cronologia avançada e os últimos sugerem âmbitos temporais distintos, claramente anteriores.

Perante estas informações, creio que se pode sugerir uma de duas hipóteses: ou existe um centro oleiro na Manta Rota de grande longevidade, que terá produzido, fundamentalmente, as mesmas formas que o vizinho complexo de S. Bartolomeu de Castro Marim; ou estamos perante dois centros oleiros distintos, embora geograficamente próximos, um pertencente, genericamente, ao Alto Império (o escavado recentemente) e outro de laboração tardia (aquele cuja presença revelaram a José Leite de Vasconcellos). Acrescente-se que, pela informação disponível para esta região, qualquer destas hipóteses se afigura igualmente verosímil.

3.4.7.- Olhos de S. Bartolomeu de Castro Marim (Vila Real de S. António):
CNS 1214
UTM: M 635142 P 4117743 (fig. 7.18).
No lugar dos Olhos de S. Bartolomeu de Castro Marim (Vila Real de S. António), foi identificado e escavado por José Leite de Vasconcellos o primeiro forno de ânforas de que há

notícia no actual território português. Trata-se de uma estrutura bem conservada, de planta circular, com cerca de 3.44 m. de diâmetro, com canal central e *suspensurae* constituídas por quatro arcos, paralelos entre si e perpendiculares ao eixo maior da estrutura (Vasconcellos 1898b) – v. fig. 5. Para além dos materiais recolhidos na sequência da escavação e reconhecimento, foi identificado, nas proximidades, um depósito de ânforas intactas que constituíam, por certo, produto deste centro oleiro (fig. 5).

Pelos materiais encontrados, pode dizer-se que a olaria terá funcionado num lapso de tempo indeterminado, provavelmente desde o Alto Império, uma vez que as ânforas recolhidas patenteiam afinidades com as produções béticas dessa época, podendo genericamente ser integradas na Classe 20/21 (= Dressel 14/Beltrán IV), ainda que se registe uma menor dimensão do conjunto colo/asas e apresentem um ombro bem marcado (fig. 5). Funcionou, também, seguramente em época mais tardia, fabricando ânforas da Classe 23 (= Keay XXIII/Almagro 51c) – fig. 5. José Leite de Vasconcellos recolheu cerâmicas de construção, não sendo claro se as ditas fariam parte das produções locais ou simplesmente ali se teriam encontrado.

Embora não se tenham feito novas investigações, Manuel Maia recolheu uma marca impressa sobre um fragmento com características de fabrico análogas às dos restantes exemplares identificados, no decurso de prospecções que visaram a relocalização do sítio (Maia 1979, Est. V, nº 1 a 3).

Naturalmente, com os dados disponíveis, não é possível determinar qual seria a dimensão do centro oleiro. Mas, como já comentei, a sua localização, junto de um esteiro do Guadiana, sugere um padrão de instalação análogo ao registado nos baixos Sado e Tejo, onde os centros oleiros se encontram a montante, servindo unidades de produção de preparados de peixe localizados na foz do rio.

4.- A dinâmica da produção.

O primeiro aspecto a sublinhar na história das produções anfóricas da Lusitânia é o seu carácter claramente romano e de época imperial. De facto, se as escassas evidências disponíveis sobre eventuais contentores de morfologia dita ibero-púnica, de cronologia pré-romana, obrigam a manter em aberto a questão, já para a época romana republicana, quando se regista uma apreciável dinâmica produtiva na baía gaditana, nada indica que tenha havido fabrico de ânforas a ocidente. E este dado pode considerar-se particularmente relevante, visto ser nas regiões meridionais da Andaluzia que se devem buscar os antecedentes próximos da produção anfórica lusitana.

Mas, vale a pena examinar os dados disponíveis, para melhor se entender o que pretendo dizer. As primeiras notícias de que poderia existir um fabrico de ânforas de tipologia ibero-púnica na zona de Alcácer do Sal foram avançadas por Dias Diogo há já bastantes anos (Diogo e Faria 1990b) e têm sido reafirmados sucessivamente, sem que todavia se publiquem de facto as provas arqueológicas de tal actividade, não contando com um perfil de bocal, que ilustra o artigo citado (Diogo e Faria 1990b, Est. I, nº 1). A hipótese ganharia alguma consistência e verosimilhança pelo facto de se registar uma significativa presença orientalizante no baixo Sado e de se documentarem notórias influências gaditanas, em épocas mais recentes, designadamente nas emissões monetárias locais, que reproduzem os conhecidos modelos, e na própria onomástica profundamente turdetana dos seus magistrados (Faria 1989).

No fundo, creio ser na conjugação destas observações, associadas ao conhecimento de que, em época romana, o Baixo Sado foi importante área de produção de preparados de peixe, que se funda a convicção de uma remota antiguidade para o surgimento destas realidades (exploração de recursos marinhos e fabrico de contentores cerâmicos para o seu transporte). Não deixa de ser importante registar, porém, que no sítio de Abul se conhece uma importante ocupação da Idade do Ferro, seguida de prolongado abandono, sem que haja qualquer relação com a olaria de época romana que, posteriormente, ali se instalou. Quanto à suposta inspiração púnica da forma a que Dias Diogo chamou Lusitana 1 (Diogo [1991], 1987), já em outro local tive ensejo de expor que me parece mais razoável vislumbrar uma aproximação à forma romana Dressel 21 ou 22 (Fabião 1996b, 376), ainda que reconheça que o total desconhecimento do âmbito cronológico de fabrico da forma lusitana iniba drasticamente qualquer debate em torno do tema.

De Castro Marim, no Algarve, temos também informação da recolha, em contexto de escavação, de um fragmento de ânfora de tipologia dita ibero-púnica, com deformações, bem como de exemplares de eventual fabrico local (Arruda 1997, 108 e 1999-2000, 51), dados que, por si, parecem documentar uma produção de contentores de transporte. Esta actividade, contudo, não parece prolongar-se para época republicana, nem em período imperial, já que nenhuma relação se poderá estabelecer entre estes fabricos e as ânforas de S. Bartolomeu de Castro Marim, o centro oleiro romano geograficamente mais próximo.

Finalmente, foi dada a conhecer a existência de um forno nos níveis pré-romanos da Rua dos Correeiros, no centro de Lisboa, alegadamente destinado à produção de cerâmica, não faltando mesmo as sugestões de que poderia estar relacionado com actividades de exploração de recursos marinhos (Amaro 1995, 11-12 e Bugalhão 2001, 33-34 e fig. 18). O contexto do dito forno e as evidências que proporcionou não se encontram ainda devidamente publicadas, o que se conhece, porém, permite questionar se efectivamente se trataria de um testemunho de uma olaria ou, simplesmente, de uma estrutura doméstica, como tantas que se conhecem nas áreas habitacionais da Idade do Ferro, com outra finalidade.

Em suma, no estado actual dos conhecimentos, o desenvolvimento de uma produção de contentores cerâmicos para o transporte de artigos alimentares no extremo ocidente peninsular foi um processo desenvolvido em época romana. Isto é, embora se possa aceitar a existência de uma etapa pré-

romana, em que se poderiam ter fabricado ânforas com morfologia dita "ibero-púnica", nenhuma continuidade se documenta entre essa hipotética fase e a propriamente romana, não havendo, por exemplo, nada que se possa atribuir à época republicana. Pode mesmo acrescentar-se que a suposição de uma fase antiga para a produção de ânforas no extremo ocidente peninsular se baseia mais em argumentos de senso comum, nomeadamente, a pujança da ocupação orientalizante em áreas onde se desenvolveu, já em época romana, a exploração de recursos marinhos e o fabrico de contentores cerâmicos para o transporte de preparados de peixe, do que propriamente em provas arqueológicas concretas.

Cronologicamente, as mais antigas produções poderão remontar ao período Júlio-Cláudio e estão documentadas no baixo vale do Sado, tanto na área urbana de Setúbal (Largo da Misericórdia), Pinheiro e Abul (Silva 1996; Mayet, Schmitt e Silva 1996, 16-17; Mayet e Silva 1998 e Mayet e Silva 2002); ao que tudo indica, também no Morraçal da Ajuda, Peniche (Cardoso, Gonçalves e Rodrigues 1998; Cardoso e Rodrigues 2002); e, provavelmente, algures no baixo Tejo, como alguns materiais encontrados na zona de Muge sugerem (Cardoso 1990) – sublinhe-se, contudo, que neste último local, não foi identificado, de facto, qualquer forno de época romana, contrariamente ao que pode sugerir o título do trabalho apresentado à *mesa-redonda* de Conimbriga. O carácter profundamente romano e exógeno da actividade oleira encontra-se bem documentado no registo arqueológico do complexo de Abul (Mayet e Silva 2002) ou nos *tria nomina* presentes na marca conhecida da olaria do Morraçal da Ajuda (Cardoso, Gonçalves e Rodrigues 1998; Cardoso e Rodrigues 2002), dois dados relevantes, por remeterem para a fase inicial da produção anfórica.

Existe uma forte relação entre produção de ânforas e exploração de recursos marinhos. De facto, de um ponto de vista geográfico, as olarias localizam-se nas proximidades de locais com uma apreciável concentração de unidades de produção de preparados de peixe, reveladas pela presença de cetárias, sendo notória a relação espacial entre uns e outros, com as unidades de fabrico de preparados de peixe junto à foz de grandes rios e os centros oleiros instalados no fundo dos estuários ou, mais a montante, nas margens dos rios (v., genericamente, a carta da fig. 7). Este padrão de instalação é claramente perceptível no baixo Sado, baixo Tejo e no baixo Guadiana, ainda que neste último caso tenhamos somente a notícia da olaria de S. Bartolomeu de Castro Marim. Há todavia excepções notórias a este modelo. Por exemplo, no Morraçal da Ajuda, em Peniche, a localização é francamente litoral, tal como sucede em várias olarias do Algarve. Não existe uma explicação de natureza cronológica para esta diferença, uma vez que o centro oleiro de Peniche terá funcionado somente no século I d.C. (Cardoso, Gonçalves e Rodrigues 1998; Cardoso e Rodrigues 2002); enquanto que os outros, mais meridionais, serão, pelo menos na sua maioria, tardios, datáveis do século III d.C. em diante (Fabião 2000). Não devemos, contudo, avaliar apressadamente estas situações, julgando-as similares. Na realidade, conhecemos muito pouco sobre o sistema de organização das olarias (ou mesmo sobre os próprios locais) para nos permitirmos grandes conclusões. Parece razoável supor que, sob este suposto padrão de instalação distinto ou alternativo, várias situações poderão ter existido, desde os pequenos complexos dedicados à confecção de preparados de peixe, servidos por pequenas olarias, pertencendo ambos a um mesmo sistema produtivo e proprietário; mas também a da existência de grandes centros oleiros que abasteceriam uma diversidade de unidades de transformação do pescado. Provavelmente, um sítio como a Quinta do Lago poderá exemplificar o primeiro caso, uma pequena unidade transformadora, com a sua olaria; e o grande complexo do Martinhal representar o segundo caso. Naturalmente, estas questões e interrogações prendem-se estreitamente com a avaliação dos modelos económicos subjacentes à actividade oleira, que mais adiante procurarei discutir.

Parece também razoavelmente demonstrado o facto de se destinarem ao transporte de preparados de peixe a esmagadora maioria dos contentores fabricados. Tal suposição assenta em observações directas - *tituli picti* e macrorrestos no interior de contentores - e em deduções resultantes da localização dos próprios centros oleiros (Étienne 1990; Fabião e Guerra 1993). O que não significa, porém, que não possam ter sido produzidos, paralelamente, contentores destinados ao transporte de outros artigos, como o vinho (Fabião 1998). De facto, é importante sublinhar a existência de produções, quantitativamente pouco expressivas, é certo, de ânforas com fortes afinidades com o tipo Dressel 28/Oberaden 74, quer nos centros oleiros do Tejo (Porto dos Cacos e Quinta do Rouxinol), quer do Sado (Pinheiro); para lá da Lusitana 3, muito bem representada nas olarias dos vales de ambos rios e com uma curiosíssima expressão epigráfica no Porto dos Cacos (Guerra 1996; Fabião e Guerra n.p.). Embora não me tenha ocupado do caso da *uilla* dita de Cardílio, Torres Novas, um estabelecimento rural francamente interior da bacia do Tejo, foi recentemente alvitrada a possibilidade de ter existido ali um fabrico de ânforas vinárias do tipo Lusitana 3 (Diogo e Monteiro 1999). A confirmar-se esta proposta, estaríamos perante um indício mais de que esta ânfora, que reproduz modelos gauleses, se destinaria a transportar outro artigo, que não os preparados de peixe. No entanto, não me parece aceitável defender a proposta de um fabrico local, somente com base na elevada expressão quantitativa da sua presença naquela *uilla*. Acrescente-se que, se efectivamente se tratasse de um artigo local, constituiria o primeiro caso documentado no extremo ocidente peninsular de produção de contentores cerâmicos num contexto tradicional de exploração rural, em época romana.

Como em outro local já comentei, parece aceitável supor um conteúdo vínico para a forma Lusitana 9, ou Sado 2 (Fabião 1998). Acrescente-se que a expressiva produção destas ânforas, logo desde o século III, está bem documentada nos centros oleiros do Sado, designadamente Pinheiro e Abul, ainda que inexplicavelmente sejam listados no âmbito das cerâmicas comuns os mais antigos exemplares desta forma (Mayet e Silva 1998; Mayet e Silva 2002). A cronologia da fase inicial destas ânforas é particularmente importante, uma

vez que documentaria uma certa continuidade na produção de contentores cerâmicos eventualmente destinados ao transporte de vinho, desde o século II (com as Lusitana 3) até ao Baixo Império. Não deixa igualmente de ser curioso verificar como se observa a produção de contentores da forma Lusitana 3 e das formas próximas da Dressel 28/Oberaden 74, na olaria do Pinheiro, justamente na época em que parece notar-se um declínio na produção e transporte dos preparados de peixe (Mayet e Silva 1998, 113 e ss.). Reconheço, todavia, que há ainda muito trabalho a fazer, para uma categórica demonstração do artigo (ou artigos) que teriam transportado todas estas ânforas - Lusitana 3, "Dressel 28/Oberaden 74 lusitana" e Lusitana 9. Assinale-se, todavia, que, a confirmar-se esta proposta, teríamos documentada a produção de contentores vinários também no Baixo Império e, uma vez mais, tanto na região do Tejo como no Sado. Nas olarias algarvias nada se conhece destes tipos.

Verificando-se o carácter romano da exploração de recursos marinhos e fabrico de contentores para o seu transporte, a pergunta seguinte é a de onde vêm estes produtores, de onde se realizou a transferência do "saber-fazer" dos oleiros. A resposta mais óbvia aponta directamente para o vizinho mais próximo, isto é, para a área meridional da Península Ibérica. Mas, neste particular, não deixam de emergir algumas perplexidades. De facto, é evidente a dissemelhança das estrutura dos fornos e produções cerâmicas das baías gaditana e de Algeciras e do vale do Sado ou de Peniche, as mais antigas olarias conhecidas. Não há fornos de pilar central e suporte radial de grelhas, o modelo dominante na baía gaditana, desde época pré-romana (Lagóstena Barrios 1996; Bernal Casasola 1998) e os principais paralelos hispânicos para a arquitectura dos fornos da Lusitânia encontram-se, sobretudo na metade oriental da Andaluzia (Sotomayor 1997 e Baena de Alcázar 1997), sendo interessante registar o caso dos fornos de Torrox, Málaga, onde um forno de *suspensurae* paralelas e canal central, se sobrepõe a um outro de pilar central, evidentemente mais antigo (Rodríguez Oliva 1997). Essa analogia com as estruturas produtivas da área oriental andaluza parecem tanto mais estranhas quanto se verifica, para épocas anteriores a já citada proximidade das emissões monetárias de **Beuipum* e *Salacia*, o grande centro urbano da bacia hidrográfica do Sado, com as de *Gades* (Faria 1988 e 1992 para o estabelecimento do topónimo).

No entanto, mais do que uma efectiva valorização dos modelos dominantes na arquitectura dos fornos, talvez seja mais interessante observar se tais modelos existiam já na região gaditana, em época anterior ao arranque da produção oleira no ocidente. Neste particular, parece-me especialmente interessante o forno republicano de Pery Junquera (San Fernando, Cádiz), integrável no chamado tipo I d de Cuomo di Caprio, afinal o modelo dominante, para não dizer exclusivo, da Lusitânia (González Toraya, Torres Quirós, Lagóstena Barrios e Prieto Reina 2000). Fica assim claro que não será de todo de excluir a possibilidade da transferência tecnológica se ter processado a partir da baía gaditana para a costa ocidental peninsular, não sendo forçoso buscar em mais longínquas paragens os paralelos para a arquitectura dos fornos lusitanos. O facto de se não registarem variações significativas na arquitectura dos fornos lusitanos, parecendo mesmo que todos correspondem a um mesmo modelo, sugere que tal transferência do "saber-fazer" se terá feito a partir de uma só região e não de várias. A grande homogeneidade verificada na morfologia das ânforas das distintas regiões produtoras (Peniche, baixo Tejo, baixo Sado e Algarve), sobretudo nas fases mais antigas, parece reforçar esta ideia.

No que diz respeito ao início da produção lusitana, os dados recentemente publicados de Abul parecem particularmente expressivos e, de certo modo, confirmados pelo que se conhece em Setúbal e no Pinheiro e pelo que se vai conhecendo do Morraçal da Ajuda e do baixo Tejo. A fase inicial surge marcada pelo fabrico de contentores cerâmicos que se aproximam claramente das produções da área andaluza da mudança da Era (Mayet e Silva 1998; Mayet e Silva 2002; Cardoso, Gonçalves e Rodrigues 1998; Cardoso e Rodrigues 2002; Cardoso 1990), não faltando mesmo na fase antiga de Abul uma expressiva representação de cerâmicas comuns originárias da Bética (Mayet e Silva 2002), sublinhando as estreitas afinidades entre estas regiões. Pode acrescentar-se, ainda, o facto de, desde épocas iniciais, existir também uma produção generalizada, observável em todos os locais mencionados, de opérculos cerâmicos para tapar os contentores.

Mas, se a influência Bética no arranque da produção lusitana parece cada vez mais comprovada, já o mesmo se não poderá dizer sobre a origem da ânfora da Classe 20/21 (= Dressel 14/Beltrán IVb), tradicionalmente tida também como uma criação meridional, importada pelos oleiros lusitanos. De facto, como bem sublinharam F. Mayet e C.T. Silva, a cronologia deste contentor, verificada no baixo Sado (e, poderíamos acrescentar, no Morraçal da Ajuda, também), sugere que se tratou, de facto, de uma criação local, lusitana, posteriormente reproduzida nos centros oleiros da Bética, onde se fabricou em momentos mais tardios (Mayet e Silva 2002). A questão está em aberto e merecerá, sem dúvida, uma maior atenção no futuro. Mas, desde logo, revela-se interessante por fornecer uma imagem de interacção regional, que não se resume à existência de uma área difusora de tecnologia e de "saber-fazer" (a Bética) e outra (Lusitânia), meramente receptora e reprodutora de modelos importados, situação que parece verificar-se igualmente em épocas mais tardias (Bernal Casasola 2000).

Finalmente, o facto da produção lusitana se ter iniciado, ao que tudo indica, na época de Cláudio, poderá ser entendido como um indício mais da vocação atlântica da acção política desenvolvida no reinado deste imperador (Chic García 1994). Não deixa de ser estranho, porém, verificar como o grosso da produção lusitana se parece orientar desde o início e sempre na direcção do Mediterrâneo e não tanto para as paragens mais setentrionais do Império, como seria de esperar. Neste particular, a escassa representação de importações oriundas destas paragens nas costas da Galiza (Naveiro López 1991), em *Bracara Augusta* (Morais 1998) ou na *Britannia* (Carreras Monfort 2000), constitui eloquente prova desta falta de orientação setentrional, de uma ausência de vocação

atlântica para as exportações lusitanas. Assim, poderemos supor, que teria sido a riqueza piscícola do grande oceano a determinar a orientação económica das costas lusitanas e não tanto o desígnio de abastecer os extremos setentrionais do Império.

Para lá do momento fundacional, júlio-cláudio, pelo menos em alguns casos, pode dizer-se que, genericamente todos os locais onde se regista uma longa diacronia de ocupação se encontram já em funcionamento no século I d.C. Assim se verifica no Porto dos Cacos, Alcochete (baixo Tejo); Zambujalinho, Quinta da Alegria, Pinheiro, Xarrouqueira/Vale da Cepa e Abul, no baixo Sado; eventualmente, S. Bartolomeu de Castro Marim e Manta Rota, no Algarve. Há, contudo, outros casos, em que os centros oleiros teriam funcionado somente no séc. I d.C., como parecem ser os casos do Morraçal da Ajuda, Peniche; Garrocheira, no baixo Tejo; Largo da Misericórdia e Barrosinha, no baixo Sado, embora neste último se possa admitir um prolongamento pela centúria seguinte. Também há centros oleiros que terão sido instalados e funcionado somente no Baixo Império, como os de Quinta do Rouxinol, no baixo Tejo; e a maior parte dos centros algarvios, Martinhal, S. João da Venda, Quinta do Lago, Torre de Aires (?). Sublinhe-se, porém, que a informação disponível para os diferentes centros oleiros é muito desigual. Há locais extensamente escavados, outros somente sondados e ainda aqueles que foram somente prospectados, para não falar dos somente conhecidos por recolhas antigas, pelo que muitas reservas se poderão levantar a esta apreciação sumária e grosseira.

Generalizada parece ser a verificação de que se registaram importantes perturbações na produção e exportação de ânforas lusitanas num período situável entre os fins do século II e os inícios do III, como em outro local já houve ensejo de comentar (Fabião e Carvalho 1990). Este período conturbado parece particularmente importante e generalizado, sendo evidente que nesta fase se verificam as grandes alterações, que originaram as novas formas das ânforas lusitanas. Esta situação encontra-se, de há longa data registada, correspondendo ao bem conhecido hiato nas importações, registado pela estratigrafia de Ostia (Panella 1972), de particular relevância por sublinhar o que parece ser uma efectiva quebra das exportações lusitanas para Roma. Esta fase concreta foi recentemente registada, com particular rigor, na olaria do Pinheiro, no baixo Sado (Mayet e Silva 1998), e relacionado com as perturbações aparentemente verificadas na laboração do grande centro de produção de preparados de peixe de Tróia (Étienne, Makaroun e Mayet 1994), ainda que me pareça que não foram devidamente contextualizadas estas perturbações. Recorde-se que esta fase de transição identificada nos centros oleiros lusitanos coincide com uma época particularmente conturbada da história da Hispânia romana, como em outro local já mencionei (Fabião 1996a, p. 334). *Grosso modo*, estende-se desde a época das razias dos *mauri* até aos finais do período severiano (Arce 1988, 33-52). Isto é, para além das correrias dos norte-africanos pelo sul peninsular, engloba ainda, as andanças hispânicas do bando de Materno, a sedição de *Clodius Albinus* e as confiscações de Septimio Severo. As primeiras, com conhecidos reflexos na *Baetica* - que se poderão ter estendido até às áreas mineiras da *Lusitania*, como propôs Claude Domergue a propósito de uma inscrição de Aljustrel -certamente afectando a navegação através das Colunas de Hércules (assim se explicaria, por certo, o hiato das presenças lusitanas nas estratigrafias de Ostia); as últimas com severas repercussões no comércio marítimo de iniciativa "privada", designadamente no que ao azeite bético respeita, fazendo fé nas interpretações de Rodríguez Díaz e Remesal Rodríguez, que só terão sido ultrapassadas na época de Severo Alexandre. A coincidência entre este ciclo de ocorrências e o período intermédio identificado no Pinheiro é notável e merecedora de uma maior atenção. Creio que o registo arqueológico deste centro oleiro constituirá de futuro um elemento fundamental para o debate desta conjuntura hispânica. Não deixa de ser interessante verificar também que, após esta fase, ganha particular incremento a produção de ânforas no Algarve, como em outro local já comentei (Fabião 2000).

A partir do século III, a produção lusitana recupera notoriamente, observando-se na centúria seguinte uma fase de particular vigor. Os antigos centros oleiros de grande extensão, como o Porto dos Cacos ou o Pinheiro, registam uma inusitada pujança; e, no Algarve, multiplicam-se os centros produtores de ânforas, acompanhando o fenómeno de concentração e declínio (?) da olaria gaditana (Fabião 2000). Ao contrário do que sucedeu na primeira fase da produção, nesta época mais tardia, afirmam-se algumas particularidades interessantes, ao nível dos sítios ou das regiões. Por exemplo, a bacia do Sado criou um tipo de ânfora a Keay 78 (= Cardoso 91/Lusitana 8/Sado 1), que não parece ter sido fabricada em nenhuma das outras regiões conhecidas. Ainda em épocas mais tardias, o mesmo baixo Sado fabricou ânforas da forma Almagro 51 a-b (= Keay XIX – XXI/Lusitana 7), não documentadas de todo no baixo Tejo, mas que parecem ter conhecido alguma popularidade nas olarias do Algarve. Já os oleiros do baixo Tejo, nesta fase tardia, manifestam uma clara preferência pelas morfologias alongadas com asas partindo do bocal, do tipo da Classe 22 (= Almagro 50/Keay XXII/Lusitana 6), com uma assinalável variação, que poderá esconder, de facto, diferentes tipos (Raposo, Fabião, Guerra, Bugalhão, Duarte, Sabrosa, Dias, Prudêncio, Gouveia, (n.p.). Sublinhe-se, porém, que formas análogas se fabricaram também no Sado e Algarve. Mas, para lá destas variações locais, há as formas de ampla produção, com a Classe 23 (= Almagro 51c/Keay XXIII/Lusitana 4 e 10), à cabeça, como a morfologia mais amplamente produzida, no Tejo, no Sado e no Algarve. Já a Lusitana 9 conheceu notória produção nos estuários do Tejo e Sado, mas não se documenta, de todo, no Algarve. Infelizmente, estamos ainda longe de compreender em toda a sua extensão o significado destas variações de índole regional.

A produção de ânforas estendeu-se até ao século V d.C., embora não sejam muito numerosos, nem seguros, os elementos cronológicos relacionados com as fases finais do funcionamento das olarias mais longevas, onde

inclusivamente poderão ter surgido novas morfologias, ainda mal caracterizadas – assinale-se que conhecemos peças de difícil classificação em quase todos os centros oleiros, justamente associadas às últimas fases de laboração. A pesar das incertezas, não será de excluir a hipótese de, em algumas áreas, a produção se ter prolongado até épocas mais tardias ultrapassando mesmo aquilo a que formalmente se pode chamar o "período romano", como alguns indícios parecem sugerir (Fabião 1996b) e recentes trabalhos realizados na área de Lagos vieram confirmar (aguarda-se a publicação breve dos dados da escavação realizada por Ana Cristina Ramos e Rui Almeida).

Não poderia deixar de terminar sem um breve comentário ao quadro sócio-económico em que se integraria a produção oleira da Lusitânia.

Na realidade, por ausência de investigações, não temos grandes dados para sustentar uma discussão sobre os possíveis enquadramentos desta actividade. Na investigação do grande centro oleiro do Pinheiro, Alcácer do Sal, F. Mayet e C. Tavares da Silva defenderam distintos quadros sociais e económicos para as actividades ali desenvolvidas, com base na presença ou ausência de outros materiais arqueológicos, para lá dos artigos especificamente produzidos no local. Assim, com base no registo arqueológico, haveria uma primeira fase, no Alto Império, em que a olaria seria utilizada apenas sazonalmente; e uma segunda em que se constituiria como efectivo centro de laboração contínua, com área residencial (Mayet e Silva 1998). Creio que, à falta de dados mais seguros, um dos principais indicadores de que poderemos dispor para decidir sobre o carácter permanente ou sazonal desta actividade será o da presença ou ausência de necrópoles, uma vez que estes sítios se têm mostrado particularmente avaros a revelar estruturas de cariz residencial. Neste particular, é de lamentar que se não tenha podido identificar a suposta necrópole existente nas imediações da olaria do Pinheiro, já que a sua escavação constituiria um bom teste à operatividade do critérios presença/ausência de materiais outros, para a definição do modelo de utilização do sítio. Necrópoles conhecemos no Porto dos Cacos e no Zambujalinho, o primeiro no baixo Tejo e o segundo no Sado, havendo a assinalar que, ambos, são centros oleiros de grande dimensão e apreciável longevidade. Locais como estes poderiam ser, de facto, unidades de manufactura intensiva, onde uma mão-de-obra especializada fabricava cerâmicas para diferentes clientes e, eventualmente, para distintas finalidades. Neste particular, seria importante conhecer melhor a natureza e volume das produções de cerâmica comum e materiais de construção, bem como os conteúdos das distintas formas de ânforas – naturalmente, estou a pensar no tema do vinho, recorrentemente comentado ao longo destas páginas.

Para as fases iniciais da produção, dispomos de alguma epigrafia anfórica, designadamente marcas impressas e grafitos que, de algum modo, nos poderão fornecer pistas sobre o modelo social da produção, embora sem perder de vista que a epigrafia anfórica lusitana é genericamente pobre e escassa, como recentemente houve ensejo de comentar (Fabião e Guerra n. p.). Registe-se, contudo, que as marcas sobre ânforas da Classe 20/21 (= Dressel 14/Beltrán IVb/Lusitana 2) registam normalmente *tria nomina* o que poderá indicar serem elementos identificadores do proprietário da *figlina* e não propriamente do artesão e, pela sua escassez e monotonia, parece excluída qualquer hipótese de identificarem o proprietário do conteúdo. Haverá ainda a registar, no baixo Sado, a particularidade interessante de conhecermos em dois centros oleiros, Xarrouqueira/Vale da Cepa (fig. 7. 9) e Barrosinha (fig. 7. 12) -infelizmente dois dos que nunca foram objecto de escavação- marcas com possíveis *nomina* comuns: GIP e LIA, no primeiro (Diogo 1996, 64, Est. 1, nº 3 e Est. 2, nº 8); DMT *vel* TMC retro (Diogo 1980, 149; Diogo e Faria 1990b, Est. I, nº 1; Diogo, Faria e Ferreira 1987, 86 e Est. IV, nº 1, 7, 8, 9, 10 e Est. X, nº 7 e 10) e MAMVS *vel* MAMVNS (Vanconcellos 1898 a, 113; Diogo, Faria e Ferreira 1987, 98, Est. XII, nº 12 a 14; Diogo e Faria 1990a,175, Fig. 46, nº 1-2 e 47, nº 5), no segundo. Como tem sido assinalado, é provável que estejamos perante indícios de uma continuidade familiar na propriedade das olarias destes locais (Diogo, Faria e Ferreira 1987; Mayet e Silva 1998, 37; Fabião e Guerra n.p.), mas, convenhamos, com tão escassos dados, não parece fácil ir além da formulação de uma hipótese.

O universo dos grafitos, que começa a despertar um crescente interesse, é igualmente interessante, por parecer revelador de uma estrutura produtiva com uma organização complexa, sugerindo uma efectiva especialização dos oleiros (Fabião e Guerra n.p.). Para as fases tardias, o hábito epigráfico parece perder-se de todo, complicando ainda mais as possibilidades de debater a natureza da actividade oleira. A perda do hábito epigráfico poderia considerar-se um elemento mais revelador de mudanças profundas na estrutura produtiva. No entanto, o fenómeno é tão generalizado no mundo romano que dificilmente poderia ser invocado na Lusitânia como dado relevante.

Em traços gerais, é este um panorama possível da actividade oleira lusitana, no que à produção de ânforas concerne.

5.- Perspectivas de investigação.

A investigação desenvolvida tem abrangido vários campos: arqueológico, propriamente dito, com escavações em centros produtores de preparados de peixe e em centros oleiros, com ensaios de caracterização tipológica das ânforas (Diogo 1991; Fabião 1996b; Mayet, Schmitt e Silva 1996; Mayet 2001; Fabião 1997a), mas também com análises petrográficas e de caracterização química de matérias-primas (Cabral, Gouveia e Morgado 1993-1994 e 1996; Cabral, Fonseca e Gouveia 2000 e 2002, para além dos trabalhos de Isabel Prudêncio e Isabel Dias). É justamente esta investigação onde convergem distintas perspectivas de análise que nos permite afirmar que não possuímos ainda um conhecimento detalhado de todos os centros oleiros e respectivas produções, visto estarem identificados fabricos saídos de olarias desconhecidas; este caminho, que me parece particularmente interessante tem sido aquele onde mais tem investido a investigação recente, veja-se a título de exemplo, o que tentamos fazer no quadro do Programa das

Olarias Romanas do Baixo Tejo, com o estudo convergente da tipologia de formas, nos centros oleiros propriamente ditos, associada à investigação dos materiais encontrados em locais de consumo, tudo naturalmente com a respectiva caracterização química (Raposo, Fabião, Guerra, Bugalhão, Duarte, Sabrosa, Dias, Prudêncio, Gouveia, n p.).

Estas abordagens deverão decorrer em paralelo com as outras, de prospecção de centros de fabrico e de escavações, sem perder de vista, porém, as extremas dificuldades suscitadas por qualquer intervenção arqueológica num centro oleiro (morosidade dos trabalhos e gigantesco acervo de informação). Como ficou dito ao longo destas páginas, creio que muito se poderá fazer ainda no sentido de caracterizar de uma forma mais concreta e operativa a diversidade formal das ânforas lusitanas, sobretudo nas fases inicial e terminal da produção.

Acrescentaria que me parece particularmente estimulante a realização de programas de prospecção sistemática, orientados para todos os locais que referi no ponto de abertura onde se conjugam as grandes transformações de estuários, áreas costeiras e lagunares, com tradições históricas de pesca, navegação e exploração de recursos marinhos, designadamente de sal. Estes programas poderiam contribuir significativamente para uma reavaliação do panorama da exploração de recursos e produção cerâmica na antiga província romana da Lusitânia.

6.- Bibliografia.

Alguma bibliografia recomendada sobre as ânforas lusitanas:

ALARCÃO, A., MAYET, F. eds. (1990), *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988)*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard. Mesa-redonda que constituiu um bom balanço dos conhecimentos disponíveis nos fins dos anos 80. Deve complementar-se com a leitura dos trabalhos mais recentes.

FILIPE, G. e RAPOSO, J.M.C., eds. (1996), *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, trata-se da continuidade da mesa-redonda de Conimbriga, pretendendo actualizar os novos conhecimentos adquiridos nos dois anos seguintes. No ano em que foi lançado o volume das *actas*, novo encontro se realizou, ainda que de menor dimensão – v. *Al-Madan.* II série, 5, pp. 180-183.

CARDOSO, G., GONÇALVES, J.L. e RODRIGUES, S. (1998), Forno romano de cerâmica descoberto em Peniche. *Al-Madan*, II série, 7, pp. 178-179. Trata-se do primeiro artigo sobre um novo centro produtor de ânforas, localizado em uma área bastante afastada das que vêm sendo habitualmente investigadas.

DIOGO, A. M. D. (1991): Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano". *O Arqueólogo Português*, série IV, 5, 1987, pp. 179-191. Embora tenha saído com data de 1987, o texto só foi publicado em 1991, isto é, depois da Mesa-redonda de Conímbriga atrás mencionada (ALARCÃO/MAYET, 1990). Sobre esta proposta veja-se as apreciações críticas em: FABIÃO, C. (1996): "Sobre a tipologia das ânforas da Lusitânia*",* FILIPE, G. e RAPOSO, J.M.C., eds., pp. 371 e 390; FABIÃO, C. (1997), "Duas notas sobre ânforas lusitanas", *Al-Madan*. II Série, 6, pp. 59-68.

MAYET, F., SCHMITT, A. e SILVA, C.T. (1996), *Les amphores du Sado (Portugal). Prospection des fours et analyse du matériel*. Paris: Diff. E. De Boccard. Volume particularmente importante pela cartografia de centros produtores e, sobretudo, pelo capítulo consagrado à caracterização petrográfica dos diferentes fabricos. Veja-se, também, as recensões críticas publicadas: FABIÃO, C. (1997), "Novidades sobre o Sado? Alguns comentários sobre um livro recente". *Vipasca - Arqueologia e história*, 6, 1997, pp. 159-169; PICON, M.(2001), "Des égarements de l'archéometrie: à propos des amphores du Sado", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4 (1), pp. 141-144.

Sobre as produções do Tejo, para além dos títulos acima mencionados, veja-se: RAPOSO, J.M. C. e DUARTE, AL. C. (1992), "Anforas lusitanas: los alfares del Tajo"*, Revista de Arqueologia*, ano XII, 134 (Junho), Madrid: Zugarto Ediciones, p. 36-45.; RAPOSO, J. M. C. , SABROSA, A J. G. e DUARTE, A L. C. (1995) – "Ânforas do vale do Tejo. As olarias da Quinta do Rouxinol (Seixal) e do Porto dos Cacos (Alcochete*)"*, *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto, 1993)*. Vol. VII, Porto: SPAE, p. 331-352. e RAPOSO, J., FABIÃO, C., GUERRA, A, BUGALHÃO, J., DUARTE, A L., SABROSA, A., DIAS, M. I., PRUDÊNCIO, M. I. e GOUVEIA, A (n. p.). *OREsT Project: late Roman pottery productions from the low Tejo*. In: *First International Conference in Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean: Archaeology and Archaeometry (Barcelona, 2002)*.

Os mais recentes trabalhos desenvolvidos no baixo Sado deram origem a duas importantes publicações monográficas: MAYET, F. e SILVA, C.T. (1998), *L'Atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris: Diff. E. De Boccard e MAYET, F. e SILVA, C. T. (2002), *L'Atelier d'amphores de Abul (Portugal)*. Paris: Diff. E. De Boccard.

Sobre o Algarve, apresentei uma breve súmula em: FABIÃO, C. (2000) – "O sul da Lusitânia (Algarve português) e a Baetica: concorrência ou complementaridade*?"*, *Congreso Internacional Ex Baeticae Amphorae (Sevilla-Écija, 1998)*, vol. II, pp. 717-730.

Um balanço sobre a epigrafia anfórica da Lusitânia pode ver-se em: FABIÃO, C., GUERRA, A (n.p.) – "Epigrafia anfórica da Lusitânia: uma perspectiva", *Workshop Epígrafia Anfórica* (Barcelona, Maio de 2003).

Sobre as análises de pastas das ânforas lusitanas, veja-se, para uma perspectiva petrográfica: MAYET, F., SCHMITT, A. e SILVA, C.T. (1996), *Les amphores du Sado (Portugal). Prospection des fours et analyse du matériel*. Paris: Diff. E.

De Boccard. Para as análises químicas, veja-se : CABRAL, J. M. P., GOUVEIA, M. A. e MORGADO, I. (1993-1994), "Caracterização química das produções de ânforas do Vale do Tejo II. Quinta do Rouxinol", *Conimbriga*, 32-33, pp. 191-200; CABRAL, J.M. P., GOUVEIA, M. A. e MORGADO, I. (1996), "Caracterização química das produções de ânforas do Vale do Tejo I. Porto dos Cacos", FILIPE, G. e RAPOSO, J.M.C. (eds.) *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, pp. 301-322; CABRAL, J.M. P., FONSECA, S. M. e GOUVEIA, M. A. (2000), "Caracterização química das produções de ânforas do Sado: I oficina do Pinheiro", *Contributos das Ciências e das Tecnologias para a Arqueologia da Península Ibérica – Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular – vol. IX.* Porto: ADECAP, p. 141-160; CABRAL, J. M. P., FONSECA, S. M. e GOUVEIA, M. A. (2002), "Caracterização química das produções de ânforas do Vale do Tejo: III Quinta do Rouxinol (continuação)". *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5 (2), pp. 325-338 e RAPOSO, J., FABIÃO, C., GUERRA, A, BUGALHÃO, J., DUARTE, A L., SABROSA, A., DIAS, M. I., PRUDÊNCIO, M. I. e GOUVEIA, A (n.p.). *OREsT Project: late Roman pottery productions from the low Tejo*. In: *First International Conference in Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean: Archaeology and Archaeometry (Barcelona, 2002)*.

Referências.

ALARCÃO, A e MAYET, F. (eds.) (1990): *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988)*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard..

ALMEIDA, D. F., ZBYSZEWSKI, G. e FERREIRA, O V. (1971): "Descoberta de fornos lusitano-romanos na região da Marateca (Setúbal)". *O Arqueólogo Português*, III série, 5, pp. 155-165.

ALVES, F. J. S. (1997): "Em torno do projecto da Boca do Rio e do Ócean". *Setúbal Arqueológica*, 11-12, pp. 225-239:

AMARO, C. (1990a): "Ocupação romana na margem sul do estuário do Tejo: um (des)alinhar de ideias", Alarcão, A e Mayet, F. (eds.) *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988)*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, pp. 71-85.

AMARO, C. (1990b): "Olaria romana da Garroucheira, Benavente", Alarcão, A e Mayet, F. (eds.) *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988)*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, pp. 87-95.

AMARO, C. (1995): *Núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros*. Lisboa: Fundação BCP.

ARCE, J. (1988): *España entre el mundo antiguo y el mundo medieval*. Madrid: Taurus.

ARRUDA, A. M. (1997): *As cerâmicas áticas do castelo de Castro Marim*. Lisboa: Colibri.

ARRUDA, A. M. (1999-2000): *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.). Cuadrenos de Arqueología Mediterránea, 5-6*. Barcelona: Publicaciones del laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra de Barcelona.

ARRUDA, A. M. e FABIÃO, C. (1990): "Ânforas da Quinta do Lago (Loulé)", Alarcão, A. ; Mayet, F. *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988)*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, pp. 199-213.

ARRUDA, A M., VIEGAS, C. e ALMEIDA, M. J. (dir.) (2002): *De Scallabis a Santarém (Catálogo de exposição)*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

ARTHUR, M. L. C. (1951): "Sepulturas romanas na Quinta de S. João (Arrentela – Seixal)". *XIII Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências (Lisboa, 1950) – Tomo VIII/7ª secção – Ciências Históricas e Filológicas*. Porto. pp. 673-683.

BAENA DE ALCÁZAR, L. (1997): "Arquitectura y tipología de los hornos romanos malacitanos", *Figlinae Malacitanae. La producción de cerámica romana en los territorios malacitanos*. Málaga: Univ. de Málaga, pp. 95-106.

BAPTISTA, J. C. (1896): "Salacia", *O Archeólogo Português*, 2, pp. 5-10.

BELTRÁN LLORIS, M. (1970): *Las Ánforas romanas de España*. Zaragoza: Monografías Arqueológicas, 8.

BERNAL CASASOLA, D. (1998): *Excavaciones arqueológicas en el alfar romano de la Venta del Carmen, Los Barrios (Cádiz). Una aproximación a la producción de ánforas en la Bahía de Algeciras en época Alto Imperial*. Madrid : UAM/Ayuntamiento de Venta de Barrios.

BERNAL CASASOLA, D. (2000): "La Producción de ánforas en la Bética en el s. III y durante el Bajo Imperio romano", *Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae (Sevilla-Écija, 1998)*. I, pp. 239-372.

BUGALHÃO, J. (2001): *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em* Olisipo*. Núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros*. Lisboa: IPA.

CABRAL, J. M. P., FONSECA, S. M. e GOUVEIA, M. A. (2000): "Caracterização química das produções de ânforas do Sado: I oficina do Pinheiro", *Contributos das Ciências e das Tecnologias para a Arqueologia da Península Ibérica – Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular – vol. IX.* Porto: ADECAP, pp. 141-160.

CABRAL, J. M. P., FONSECA, S. M. e GOUVEIA, M. A. (2002): "Caracterização química das produções de ânforas do Vale do Tejo: III Quinta do Rouxinol (continuação)", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5 (2), pp. 325-338.

CABRAL, J. M. P., GOUVEIA, M. A. e MORGADO, I. (1993-1994): "Caracterização química das produções de ânforas do Vale do Tejo II. Quinta do Rouxinol", *Conimbriga*, 32-33, pp. 191-200.

CABRAL, J. M. P., GOUVEIA, M. A. e MORGADO, I. (1996): "Caracterização química das produções de ânforas do Vale do Tejo I. Porto dos Cacos", Filipe, G.; Raposo, J.M.C. (eds.) *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, pp. 301-322.

CARDOSO, G. (1978): "Ânforas romanas do Museu do Mar (Cascais)". *Conimbriga*, 17, pp. 63-78.

CARDOSO, G. (1986): "Fornos de ânforas romanas na bacia do rio Sado: Pinheiro, Abúl e Bugio", *Conimbriga*, 25, pp. 153-174.

CARDOSO, G. (1990): "O forno de ânforas de Muge", Alarcão, A e Mayet, F. (eds.) *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988)*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, pp. 153-165.

CARDOSO, G., GONÇALVES, J.L. e RODRIGUES, S. (1998): "Forno romano de cerâmica descoberto em Peniche", *Al-Madan*, II série, 7, pp. 178-179.

CARDOSO, G. e RODRIGUES, S. (2002): "4ª Campanha de sondagens arqueológicas na olaria romana do Morraçal da Ajuda (Peniche)". *Al-Madan*, II série, 11, pp. 6.

CARRERAS MONFORT, C. (2000): *Economía de la Britannia romana: la importación de alimentos*. Barcelona: UB.

CHIC GARCÍA, G. (1994): "Roma y el mar: del Mediterráneo al Atlántico", Alonso Troncoso, V. (dir.) *Guerra, exploraciones y navegación del Mundo Antiguo a la Edad Moderna*. Universidad de Coruña, pp. 55-89.

COELHO-SOARES, A. e SILVA, C. T. (1978): "Ânforas romanas da área urbana de Setúbal", *Setúbal Arqueológica*, 4, pp. 171-201.

COELHO-SOARES, A. e SILVA, C. T. (1979): "Ânforas romanas da Quinta da Alegria (Setúbal)". *Setúbal Arqueológica*, 5, pp. 205-221.

CORREIA, V. (1928): "O domínio romano", Peres, D. (dir.) *História de Portugal*, I, Barcelos: Portucalense Editora, pp. 217-290.

CORREIA, V. (1930 [1972]): *Alcácer do Sal (esbôço de uma monografia)*. *Obras. IV Estudos arqueológicos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 127-150 (primeiramente publicado em *Biblos*, 6).

DIOGO, A. M. D. (1980): "Fornos de ânforas do Monte do Bugio. Notícia preliminar", *Conimbriga*, 19, pp. 147-150.

DIOGO, A. M. D. (1983): "Fornos de ânforas do Monte da Enchurrasqueira e do Vale da Cepa. Notícia preliminar". *Conimbriga*, 22, pp. 209-215.

DIOGO, A. M. D. (1991): "Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano". *O Arqueólogo Português*, série IV, 5, 1987, pp. 179-191.

DIOGO, A M. D. (1996) – "Elementos sobre ânforas de fabrico lusitano", Filipe, G.; Raposo, J.M.C. (eds.) *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, pp. 61-71.

DIOGO, A M. D., CARVALHO, A. M. G., REBELO, I. M. S., FERNANDES, J. M. L. e ROLLO, M. F. G. (1984): *O material dos fornos romanos da Enchurrasqueira no Museu do Mar, Cascais*. Cascais: Museu do Mar.

DIOGO, A M. D. e COSTA, J. M. (1996): "Elementos sobre a produção de ânforas e a transformação piscícola em Sines durante a época romana", Filipe, G. e Raposo, J.M.C. (eds.) *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, pp. 107-110.

DIOGO, A M. D. e FARIA, J. C. (1990a): "Fornos de cerâmica romana no vale do Sado. Alguns elementos", Alarcão, A e Mayet, F. (eds.) *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988)*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, pp. 173-186.

DIOGO, A M. D. e FARIA, J. C. (1990b): "Elementos para a caracterização e periodização da economia do baixo Sado, durante a época romana", Gamito, T.J. (ed.) *Arqueologia Hoje I Etno-Arqueologia*. Faro: Universidade do Algarve, pp. 92-106.

DIOGO, A M. D., FARIA, J. C. e FERREIRA, M. A. (1987): "Fornos de ânforas de Alcácer do Sal", *Conimbriga*, 26, pp. 77-111.

DIOGO, A.M.D. e MONTEIRO, A. J. N. (1999): "Ânforas romanas de "Villa Cardílio", Torres Novas". *Conimbriga*, 38, pp. 201-214.

DUARTE, A. L. C. (1990): "Quinta do Rouxinol. A produção de ânforas no vale do Tejo", Alarcão, A e Mayet, F. (eds.) *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988)*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, pp. 97-115.

DUARTE, A L. C. e RAPOSO, J. M. C. (1996): "Elementos para a caracterização das produções anfóricas da Quinta do Rouxinol (Corroios/Seixal)", Filipe, G. e Raposo, J.M.C. (eds.): *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, pp. 237-247.

ÉTIENNE, R. (1990) : « Que transportaient donc les amphores lusitaniennes? », Alarcão, A. e Mayet, F. *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988)*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, pp. 15-19.

ÉTIENNE, R., MAKAROUN, Y. e MAYET, F. (1994) : *Un grand complexe industriel à Tróia (Portugal).* Paris : Diff. E. De Boccard.

FABIÃO, C. (1989): *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*, Lisboa. UNIARQ/INIC.

FABIÃO, C. (1994a): "As ânforas", NOLEN, J. *Cerâmicas e vidros de Torre de Ares*. Balsa. Lisboa: SEC/IPM, pp. 17-34.

FABIÃO, C. (1994b): "Garum na Lusitânia rural? Alguns comentários sobre o povoamento romano do Algarve", Gorges, J.-G. e Salinas De Frías, *Les Campagnes de la Lusitanie romaine: ocupation du sol et habitats*, Madrid-Salamanca, Casa de Velázquez, Colection de la Casa de Velázquez, 47, pp. 227-252.

FABIÃO, C. (1996a): "O comércio dos produtos da Lusitânia transportados em ânforas no Baixo Império", Filipe, G.e Raposo, J.M.C., (eds.) *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, pp. 329-342.

FABIÃO, C. (1996b): "Sobre a tipologia das ânforas da Lusitânia", Filipe, G.e Raposo, J.M.C. (eds.): *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, pp. 371-390.

FABIÃO, C. (1997a): "Novidades sobre o Sado? Alguns comentários sobre um livro recente", *Vipasca-Arqueologia e história*, 6, 1997, pp. 159-169).

FABIÃO, C. (1997b): "Duas notas sobre ânforas lusitanas", *Al-Madan*, II série, 6, pp. 55-68.

FABIÃO, C. (1998): "O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, I, nº 1, pp. 169-198.

FABIÃO, C. (2000): "O sul da Lusitânia (Algarve português) e a Baetica: concorrência ou complementaridade?", *Congreso Internacional Ex Baeticae Amphorae (Sevilla-Écija, 1998)*, vol. II, pp. 717-730.

FABIÃO, C. e ARRUDA, A. M. (1990): "Ânforas de S. João da Venda (Faro)", Alarcão, A. e Mayet, F. *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988)*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, pp. 215-224.

FABIÃO, C. e CARVALHO, A. (1990): "Ânforas da Lusitânia: uma perspectiva", Alarcão, A. e Mayet, F. *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988)*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, pp. 37-63.

FABIÃO, C. e GUERRA, A. (1993): "Sobre os conteúdos das ânforas lusitanas", *II Congresso Peninsular de Historia Antiga (Coimbra, 1990) – Actas*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 995-1016.

FABIÃO, C. e GUERRA, A. (n.p.): "Epigrafia anfórica da Lusitânia: uma perspectiva", Workshop Epígrafia Anfórica (Barcelona, Maio de 2003).

FARIA, A M. (1989): "A Numária de **Cantnipo*", *Conimbriga*, 28, pp. 71-99.

FARIA, A M. (1992): "Ainda sobre o nome pré-romano de Alcácer do Sal", *Vipasca – Arqueologia e História*. 1, pp. 39-48.

FERNANDES, I. C. (1992): "Escavações arqueológicas na Herdade do Zambujal (Palmela)", *Al-Madan*, II série, 1, pp. 94.

FERNANDES, I. C. (1993): *Arqueologia em Palmela 1988/92 – Catálogo da exposição*. Palmela: C. M. Palmela.

FERNANDES, I. C. e CARVALHO, A. R. (1996a): "Trabalhos arqueológicos no Zambujalinho (Herdade do Zambujal) – primeiros resultados", Filipe, G.e Raposo, J.M.C. eds.: *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, pp. 73-106.

FERNANDES, I. C. e CARVALHO, A R. (1996b): "Elementos para uma carta arqueológica do período romano no concelho de Palmela", Filipe, G. e Raposo, J.M.C., eds., *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, pp. 111-135.

FILIPE, G. e RAPOSO, J.M.C. eds. (1996): *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote.

GONZÁLEZ TORAYA, B., TORRES QUIRÓS, J., LAGÓSTENA BARRIOS, L. e PRIETO REINA, O. (2000): "Los inicios de la producción anfórica en la bahía gaditana en época republicana: la intervención de urgenciaen Avda. Pery Junquera (San Fernando, Cádiz)", *Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae (Sevilla-Écija, 1998)*. I, pp. 175-185.

GUERRA, A. (1996): "Marcas de ânforas provenientes do Porto dos Cacos (Alcochete)", Filipe, G. e Raposo, J.M.C. (eds.) *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, pp. 267-282.

LAGÓSTENA BARRIOS, L. (1996): *Alfarería romana en la Bahía de Cádiz*. Cádiz: Universidad de Cádiz/Publicaciones del Sur.

LAGÓSTENA BARRIOS, L. (2001): *La Producción de salsa y conservas de pescado en la Hispania romana (II a C – VI d.C.)*. Barcelona: Universidad de Barcelona.

MAIA, M. (1979): "As ânforas de S. Bartolomeu de Castro Marim", *Clio*, 1, pp 141-151.

MANTAS, V. G. S. (1990) : «As Cidades Marítimas da Lusitânia », *Les Villes de la Lusitanie Romaine. Hiérarchies et Térritoires (Table Ronde Internationale du CNRS, Talence, 1988)*, Paris, CNRS (Collection de la Maison des Pays Ibériques, 42), pp. 149-205.

MASCARENHAS, J. F. (1974): *Fornos de cerâmica e outros vestígios romanos no Algarve*. Lourenço Marques: ed. do autor.

MATIAS, M. S. (1992): "Prospecção magnética em Porto dos Cacos", *Al-Madan*, II série, 1, pp. 13-14.

MAYET, F. (2001) : « Les amphores lusitaniennes », *Céramiques Hellénistiques et Romaines*, 3, pp. 277-293.

MAYET, F., SCHMITT, A. e SILVA, C.T. (1996) : *Les amphores du Sado (Portugal). Prospection des fours et analyse du matériel*. Paris: Diff. E. De Boccard.

MAYET, F. e SILVA, C.T. (1998) : *L'Atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris: Diff. E. De Boccard.

MAYET, F. e SILVA, C. T. (2002) : *L'Atelier d'amphores de Abul (Portugal)*. Paris: Diff. E. De Boccard.

MORAIS, R. (1998): *As ânforas da zona das Carvalheiras. Contribuição para o estudo das ânforas romanas de* Bracara Augusta. Braga: U.M.

MOREIRA, J. B. (2002): *Cidade romana de Eburobrittium (Óbidos)*. Porto: Mimesis.

NAVEIRO LÓPEZ, J. L. (1991): *El comercio antiguo en el N. W. Peninsular*. *Lectura historica del registro arqueológico*. Coruña: Museu Arqueolóxico.

NOLEN, J. (1994): *Cerâmicas e vidros de Torre de Ares.* Balsa. Lisboa: SEC/IPM.

OLIVEIRA, J. A. (fixação de texto, trad. e notas) (1936): *Conquista de Lisboa aos mouros (1147). Narração pelos cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cerco*. 2ª ed., Lisboa: C. Municipal de Lisboa.

PANELLA, C. (1972) : « Annotazioni in margine alle stratigrafie delle terme ostiensi del nuotatore », *Recherches sur les amphores romaines*. Roma : École Française de Rome, pp. 69-106.

PARKER, A. J. (1977): "Lusitanian Amphoras", VV.AA. *Méthodes classiques et méthodes formelles dans l'étude des amphores (Colloque, Rome, 1974)*. Roma: EFR, pp. 35-46.

PARREIRA, R. (1997): "O salvamento arqueológico das ruínas romanas da praia da Luz (Lagos): as oficinas de salga a oriente do balneário (escavações de 1987-1988)", *Setúbal Arqueológica*, 11-12, pp. 241-248.

PEREIRA e M.L.E.V.S. (1974-1977): "Marcas de oleiros algarvios do período romano", *O Arqueólogo Português*, série III, 7-9, pp. 243-268.

RAPOSO, J. M. C. (1990): "Porto dos Cacos: uma oficina de produção de ânforas no vale do Tejo", Alarcão, A. e Mayet, F. (eds.) *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988)*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, pp. 117-151.

RAPOSO, J. M. C. e DUARTE, A L. C. (1992): "Anforas lusitanas: los alfares del Tajo", *Revista de Arqueologia*, ano XII, 134 (Junho), Madrid: Zugarto Ediciones, pp. 36-45.

RAPOSO, J. M. C. e DUARTE, A L. C. (1996): "O forno 2 de Porto dos Cacos (Alcochete)", Filipe, G. e Raposo, J.M.C. (eds.) *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, pp. 249-266.

RAPOSO, J., FABIÃO, C., GUERRA, A., BUGALHÃO, J., DUARTE, A L., SABROSA, A., DIAS, M. I., PRUDÊNCIO, M. I. e GOUVEIA, A (n. p.): "OREsT Project: late Roman pottery productions from the low Tejo", *First International Conference in Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean: Archaeology and Archaeometry* (Barcelona, 2002).

RAPOSO, J. M. C., SABROSA, A J. G. e DUARTE, A L. C. (1995): "Ânforas do vale do Tejo. As olarias da Quinta do Rouxinol (Seixal) e do Porto dos Cacos (Alcochete)", *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto, 1993)*. Vol. VII, Porto: SPAE, pp. 331-352.

RIBEIRO, O. (1977): *Introduções Geográficas à História de Portugal. Estudo Crítico*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda (Colecção Estudos Portugueses, 3).

RIBEIRO, O. s/d (1978): *Geografia e Civilização: Temas Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte (Espaço e Sociedade, 2).

RIBEIRO, O. (1987b): *A Formação de Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Identidade, Série Cultura Portuguesa).

RIBEIRO, O., LAUTENSACH, H. e DAVEAU, S. (Comentários e actualização) (1987b): *Geografia de Portugal. I. A Posição Geográfica e o Território*. Lisboa: Sá da Costa.

ROCHA, A. S. (1895-1896) [1975]: "Notícia de algumas estações romanas e árabes do Algarve", *Memórias e explorações arqueológicas. III Memórias sobre a Antiguidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 145-208 (texto primeiramente publicado em *O Archeólogo Português*, 1 e 2).

RODRÍGUEZ OLIVA, P. (1997): "Los hornos cerámicos del Faro de Torrox (Málaga)", *Figlinae Malacitanae*, Málaga, pp. 271-303.

SABROSA, A. J. G. (1996): "Necrópole romana do Porto dos Cacos", Filipe, G. e Raposo, J.M.C. (eds.) *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, pp. 283-300.

SANTOS, M. L. E. V. A. (1971 – 1972): *Arqueologia romana do Algarve. Subsídios*. 2 vols., Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

SIMPLICIO, C., TEIXEIRA, S. B. e BARROS, P. C. (2000): "Arqueologia e geodinâmica do litoral – o caso de Quarteira (Algarve-Portugal)", *"Terrenos" da Arqueologia na Península Ibérica/Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular – vol. VIII*. Porto: ADECAP: pp. 609-622.

SILVA, C. T. (1996): "Produção de ânforas na área urbana de Setúbal: a oficina romana do Largo da Misericórdia", Filipe, G. e Raposo, J.M.C., (eds.) *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, pp. 43-54.

SILVA, C. T. e COELHO-SOARES, A. (1980-1981): "A praça do Bocage (Setúbal) na época romana. Escavações arqueológicas de 1980", *Setúbal Arqueológica*, 6-7, pp. 249-284.

SILVA, C. T., COELHO-SOARES, A e CORREIA, V. H. (1990): "Produção de ânforas romanas no Martinhal (Sagres)", Alarcão, A. e Mayet, F. *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988)*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, pp. 225-246.

SILVA, C. T. e SOARES, J. (1993): *Ilha do Pessegueiro Porto Romano da Costa Alentejana*, Lisboa, Instituto de Conservação da Natureza.

SOTOMAYOR, M. (1997): "Algunas observaciones sobre hornos y excavaciones de alfares romanos",. *Figlinae Malacitanae. La producción de cerámica romana en los territorios malacitanos*. Málaga: Univ. De Málaga, pp. 9-26.
VASCONCELLOS, J. L. (1898a): "Excursão archeologica ao sul de Portugal", *O Archeólogo Português*, 4, pp. 103-134.
VASCONCELLOS, J. L. (1898b): "Olaria luso-romana em S. Bartolomeu de Castro Marim", *O Archeólogo Português*, 4, pp. 329-336.
VASCONCELLOS, J. L. (1920): "Coisas velhas. 120. Olaria lusitano-romana (?) da Manta Rôta", *O Archeólogo Português*, 24, p. 229.
ZBYSZEWSKI, G., ANTUNES, M. T., FERREIRA, O. V. e CARVALHOSA, A. B. (1976): *Notícia explicativa da Folha 39-A da Carta Geológica de Portugal – Águas de Moura*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.